

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

VITÓRIA DA SILVA FREIRE

ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS: REFLETINDO SOBRE AS DATAS
COMEMORATIVAS

MACEIÓ-AL

2024

VITÓRIA DA SILVA FREIRE

**ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS: REFLETINDO SOBRE AS DATAS
COMEMORATIVAS**

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Ivanildo Gomes dos Santos

MACEIÓ-AL

2024

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca
Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

F866e Freire, Vitória da Silva.
Ensino de história nas séries iniciais : refletindo sobre datas
comemorativas / Vitória da Silva Freire. – 2024.

53 f.

Orientador: Ivanildo Gomes dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) –
Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 51-53.

1. Ensino de história. 2. Séries iniciais – Ensino fundamental. 3. Datas
comemorativas. I. Título.

CDU: 37 : 981

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer a Deus por, ao longo deste processo complicado e desgastante, me ter feito ver o caminho, nos momentos em que pensei em desistir. Não posso deixar de agradecer a esta universidade por ser um espaço que privilegia o conhecimento e onde todas as ideias são bem recebidas. Deixo também um agradecimento especial aos meus professores, pois sem eles este estudo não teria sido possível. Aos meus pais, eu devo a vida e todas as oportunidades que nela tive e que espero um dia poder lhes retribuir. Agradeço ainda aos meus familiares que ao longo desta etapa me encorajaram e me apoiaram, fazendo com que esta fosse uma das melhores fases da minha vida.

“Nunca ande por trilhas, pois assim só irá até onde outros já foram.” – (Alexander Graham Bell)

RESUMO

O ensino de história se insere, no ambiente educativo, como disciplina que fomenta a formação crítica do aluno usando como elemento constitutivo a transmissão e a propagação de memórias. Destaca-se que a discussão relacionada à disciplina de história não deve se limitar aos historiadores de profissão, mas deve se constituir em alvo de discussão no âmbito educacional. Dito isto, constrói-se este estudo com o principal objetivo de discutir sobre o ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental, a partir da perspectiva das datas comemorativas. Estas, por vezes, são trabalhadas de forma desconectadas da realidade dos/as estudantes, com atividades que pouco contribuem para o estudo do seu real significado, como apresentações, lembrancinhas e danças nas semanas temáticas. A problemática partiu justamente da necessidade de se entender como as datas comemorativas são ensinadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Metodologicamente foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura, com abordagem descritiva e caráter qualitativo. O escopo teórico foi ancorado nas discussões de Borges (1993), Schmidt e Cainelli (2004), Bittencourt (2012), Lira, Dominico e Martins (2018), Tonholo (2012) e Greff e Treviso (2021). De maneira geral, a pesquisa apontou que as datas comemorativas nas séries iniciais são trabalhadas de maneira vazia, sem significado para os/as estudantes e sem criticidade. Entendemos que esses momentos deveriam ser melhor aproveitados no sentido de oportunizar a apropriação dos verdadeiros significados de tais datas.

Palavras-chave: Ensino de história, Datas comemorativas, Séries iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The teaching of history is inserted, in the educational environment, as a discipline that encourages the student's critical formation using the transmission and propagation of memories as a constitutive element. It is noteworthy that the discussion related to the discipline of history should not be limited to professional historians, but should become a target for discussion in the educational sphere. That said, this study was created with the main objective of discussing the teaching of history in the initial grades of elementary school, from the perspective of commemorative dates. These are sometimes worked on in a way that is disconnected from the students' reality, with activities that contribute little to the study of their real meaning, such as presentations, souvenirs and dances in thematic weeks. The problem arose precisely from the need to understand how commemorative dates are taught in the initial grades of Elementary School. Methodologically, a bibliographical review of the literature was carried out, with a descriptive approach and qualitative character. The theoretical scope was anchored in the discussions of Borges (1993), Schmidt and Cainelli (2004), Bittencourt (2012), Lira, Dominico and Martins (2018), Tonholo (2012) and Greff and Treviso (2021). In general, the research showed that commemorative dates in the initial grades are treated in an empty way, with no meaning for students and without criticality. We understand that these moments should be better used to provide opportunities for appropriating the true meanings of such dates.

Keywords: Teaching history, Commemorative dates, Initial grades of Elementary School.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1. A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E SEUS MÉTODOS..... | 11 |
| 1.1 A história do ensino de história no Brasil..... | 11 |
| 1.2 Os métodos do ensino de história..... | 16 |
| 2. OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA (PCN, BNCC)..... | 25 |
| 2.1 Os PCNs e suas implicações no ensino das datas comemorativas..... | 25 |
| 2.2 A BNCC e suas implicações no ensino das datas comemorativas..... | 31 |
| 3. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS DATAS COMEMORATIVAS..... | 34 |
| 3.1 Datas cívicas..... | 37 |
| 3.2 Datas religiosas..... | 43 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 48 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |

INTRODUÇÃO

O estudo aqui proposto nasceu das minhas inquietações, enquanto auxiliar de sala das séries iniciais, a respeito da forma com as datas comemorativas eram abordadas em sala de aula. Durante esse período em que mantive contato direto com livros didáticos dos anos iniciais além de participar de reuniões para elaboração de planos de aula, deparei-me com uma inquietação a respeito do modo como as datas comemorativas são abordadas nas escolas.

Geralmente, em sala de aula os professores polivalentes abordam esses marcos de forma superficial e estereotipada, enfatizando principalmente o fato de ser feriado. Isso acontece pelo fato, dentre outros, de que poucas são as formações continuadas acerca da disciplina de história para professores polivalentes, em dois anos como auxiliar de sala, por exemplo nunca participei de formação continuada para professores de séries iniciais do Ensino Fundamental que abordasse disciplinas específicas como ciências, geografia e história.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo discutir sobre o ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental, a partir da perspectiva das datas comemorativas. Por objetivos específicos pretende-se compreender o processo histórico da disciplina de história e suas metodologias, identificando o favorecimento ou não de metodologias que fomentam o trabalho com datas comemorativas; analisar os documentos oficiais, observando o fomento ou não as datas comemorativas; e discutir quais as principais datas comemorativas fazem parte do calendário escolar.

O problema principal da pesquisa é entender como as datas comemorativas são ensinadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A mesma justifica-se pela forma ufanista e, por vezes, acrítica com que as datas comemorativas, como tema inerente ao ensino de história, sobretudo nas séries iniciais, são trabalhadas em sala de aula. Além disso, em razão da minguada produção científica envolvendo as mesmas e dá ainda mais escassa produção abrangendo metodologias de transposição didática acerca do assunto.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho tem caráter bibliográfico, o qual foi feito com base em leituras de livros, artigos, Leis e decretos e com fundamentação dos autores como Borges (1993) e Bittencourt (2012), para discussão da história do ensino de história no Brasil e seus métodos e em Schmidt e Cainelli (2004), Lira, Dominico e Martins (2018), Tonholo (2012) e Greff e Treviso (2021), para debatermos as datas comemorativas, entre outros autores importantes para o desenvolvimento deste trabalho. O mesmo foi feito com abordagem qualitativa no qual podemos analisar as ideias de vários autores e teóricos de acordo com o tema.

É fundamental conhecer e estudar a história das datas comemorativas desde a infância por várias razões importantes, o estudo dessas datas permite que as crianças compreendam o contexto cultural em que vivem. Elas aprendem sobre as tradições, valores e eventos significativos que moldaram sua sociedade. Ao aprender sobre as datas comemorativas de seu país e cultura, as crianças desenvolvem um senso de identidade e pertencimento. Isso ajuda a fortalecer sua conexão com sua comunidade e sua nação.

Em que pese a execução de atividades repetitivas, destituídas de significado e participação efetiva das crianças, as datas comemorativas quando trabalhadas de forma aprofundada podem refletir a diversidade de experiências e perspectivas humanas. Ao estudá-las, as crianças podem aprender sobre diferentes culturas, povos e eventos nacionais, promovendo a tolerância e o respeito pela diversidade. Conhecer a história dessas datas ajuda as crianças a valorizar a memória coletiva de sua sociedade. Isso inclui lembrar e honrar os sacrifícios feitos por gerações passadas e celebrar as conquistas e avanços alcançados ao longo do tempo.

Seja nas instituições públicas ou privadas é comum ver nos calendários escolares datas marcadas como dias festivos ou datas comemorativas como são mais conhecidas, como por exemplo dia 19 de Abril (Dias dos Povos Indígenas), 12 de Outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida/ Dia das Crianças). Principalmente nas séries iniciais, geralmente essas datas vêm acompanhadas de apresentações, festividades, desfiles e lembrancinhas. Toda instituição empenha-se em realizar tal evento, o que geralmente não ocorre para os professores polivalentes destas turmas é o estudo aprofundado sobre determinada data, por qual motivo está sendo comemorada e lembrada como importante no nosso calendário.

Para Bittencourt (2012) as datas são suporte de memórias que constituem uma forma de pensar sobre seu papel na constituição de um tempo histórico, isso significa que as datas são de suma importância para a memória histórica, afetiva e social, são elas que marcam acontecimentos são elas que marcam fatos, ocorrências ou acontecimentos que fizeram parte da construção da sociedade e são as mesmas que nos mostram como chegamos nos tempos de hoje. Quando pensamos em datas históricas ou comemorativas logo remetemos nossos pensamentos a feriados ou a um suposto ícone que represente aquela data. Problematicamos a forma que essas datas estão sendo ensinadas nas escolas, onde professores e gestores estão se baseando para montar seus planos de aula? essas datas estão sendo ensinadas somente através dos livros didáticos? As datas são dissociadas do verdadeiro significado?

De acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) as crianças começam expressar percepções simples desde a educação infantil, é a partir desse momento que elas

definem seus grupos e espaços de convivência além de desenvolver sua percepção sobre tudo a sua volta e se posicionar sobre determinados assuntos, o que significa que educadores e instituição devem se preocupar em edificar as memórias dessas crianças de acordo com tudo que foi vivido por parte da história, com projetos que busquem resgatar os fatos por trás das datas que são tão aguardadas no calendário escolar.

As crianças aprendem sobre as tradições, valores e eventos significativos que moldaram sua sociedade. Ao aprender sobre as datas históricas de seu país e cultura, as crianças desenvolvem um senso de identidade e pertencimento. Isso ajuda a fortalecer sua conexão com sua comunidade e sua nação.

Algumas datas comemorativas estão associadas a valores importantes, como liberdade, igualdade, paz e justiça. Ao estudar essas datas, as crianças têm a oportunidade de refletir sobre esses valores e entender sua importância na sociedade, o estudo da história das datas comemorativas estimula o pensamento crítico e analítico das crianças. Elas aprendem a fazer perguntas, analisar evidências e tirar conclusões com base em informações históricas.

Colocados em tais termos, o presente estudo está dividido, para além desta introdução, em três seções. Na primeira discutiremos a história do ensino de história no Brasil e seus métodos, destacando o método mnemônico, muito usual para o ensino das datas comemorativas. Na segunda seção abordaremos os textos normativos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular para o ensino de história, lançando olhar sobre a relação destes com o ensino das datas comemorativas. E por fim, na terceira seção debateremos a respeito das datas comemorativas e suas problemáticas no ensino de história nas séries iniciais.

1. A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E SEUS MÉTODOS

1.1 A história do ensino de história no Brasil

A história do ensino no período colonial brasileiro aponta que desde a chegada dos europeus a educação foi deixada a cargo das ordens religiosas católicas, sobretudo a Companhia de Jesus, grupo religioso mais atuante da época da colonização. Desta feita, a história estudada tinha muita influência religiosa, basicamente história da Bíblia e, mesmo da Idade Média até o século XVII, predominou uma história apoiada na religião e marcada por uma concepção providencialista, segundo a qual o curso de história humana era baseado na intervenção divina. Vale lembrar que a história bíblica também era um conteúdo abordado que foi retirado do currículo em 1870 com a diminuição do poder da Igreja sobre o estado.

De acordo com Borges (1993), quando os Jesuítas chegaram no Brasil, em 1549, fundaram a primeira escola e só utilizavam textos históricos como suporte para ensinar a ler e escrever e seus conteúdos sequer eram discutidos. Ressalta ainda que a escola ensinava os preceitos religiosos e o bê-a-bá, para o ensinamento da religião católica e as primeiras letras, e os recolhimentos ou internatos, as casas de meninos. Companhia de Jesus, mas com vagas para alunos externos.

A educação jesuítica tinha caráter religioso, desejando então, moldar alguns costumes dos índios, como a poligamia, o alcoolismo e a antropofagia, desde cedo os jesuítas concentraram os seus esforços educativos no segmento das crianças: curumins, mestiços ou mamelucos, e filhos dos portugueses adventícios.

Segundo Aranha (2006) esta foi atuação constante até o século XVIII, não só entre os nativos, mas sobretudo na sociedade colonial, podemos dizer que os jesuítas imprimiram um modo marcante de ideários católicos com a concepção de mundo dos brasileiros e conseqüentemente introduziram a tradição religiosa do ensino que perdurou até a República.

O processo de transformação da História em disciplina escolar ocorreu primeiramente na França, no contexto das transformações revolucionárias do século XVII, inserindo na luta pela educação pública, gratuita, leiga e obrigatória. Esse movimento culminou na chamada revolução positivista que legitimou a História, seu campo de atuação e seu método (Schmidt; Cainelli, 2004).

No Brasil, a História, enquanto disciplina escolar, surgiu a partir do século XIX, abrangendo parte do Período Imperial e o início da República, inspirada no modelo francês, pautando-se na formação cultural das elites, privilegiando feitos e heróis nacionais, com

conteúdo que abordavam as práticas cotidianas, tais como: ritos cívicos, festas, desfiles e eventos de culto aos símbolos da Pátria.

Vale lembrar que o saber histórico escolar nasceu junto ao saber histórico acadêmico, em razão da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que tinha a missão de construir a genealogia nacional. Dessa forma, os dois tipos de saber histórico, escolar e acadêmico, estavam a serviço da construção da nacionalidade, no sentido de que deveriam buscar a formação de uma identidade nacional, tendo em vista o surgimento do estado nacional brasileiro e a necessidade de constituição das suas bases ideológicas.

Conforme Bittencourt (2004), o IHGB definiu os alicerces da história nacional a partir das ações políticas, tais como a descoberta do Brasil e a Independência. Sendo assim, os programas curriculares e os compêndios escolares eram pautados por esse arcabouço teórico-conceitual definido pelo Instituto Histórico, a fim de obter uma definição para a identidade nacional. Nesse sentido, a história servia para inculcar nos alunos os princípios e valores nacionalistas, visando o fortalecimento do Estado-nação.

A maioria dos professores do colégio Dom Pedro II eram formados por membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e adepto de uma visão político-romântica do processo de construção do Brasil. Além de pautar o ensino pela questão da identidade nacional de maneira ufanista, o papel do ensino de História era voltado para formação moral e cívica. A metodologia utilizada era a tradicional, que tinha como princípio levar os alunos a decorarem datas e fatos.

Também houve a interferência do historiador Prussiano Leopold Von Ranke (1795-1886) que via a História como uma sucessão de fatos que não aceitavam interpretações. Segundo ele, pesquisadores e educadores deveriam se manter neutros e até passar o conhecimento sem discuti-los, usando para isso uma exposição cronológica.

Em resposta a provocação do Instituto Histórico, em 1843, que perguntou aos seus sócios “como se deve escrever a História do Brasil?”, Von Martius afirmou que ela deveria ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa (Guimarães, 1988).

A resposta de Von Martius repercutiu não só entre os membros do IHGB, mas também entre as lentes do Colégio Don Pedro II. Dessa forma, suas propostas passaram a estruturar os programas e compêndios de História do Brasil, que foram norteados pela ideia de processo histórico linear e configuraram-se pela hierarquização dos fatos e datas históricos.

Em meio a esses intensos debates sobre a nacionalidade brasileira, contraditoriamente o governo republicano excluiu, em 1901, a cadeira de História do Brasil do Ginásio Nacional. Esta passou a ser um anexo da cadeira de História Universal, com base nos paradigmas iluministas de “progresso civilizatório” do francês Charles Seignobos. Entretanto, a versão histórica francesa, apesar de predominante, encontrou a resistência de Capistrano de Abreu que protestou e recusou-se a ensiná-la, o que provocou seu afastamento do Ginásio Nacional. Abreu, João Ribeiro, Manoel Bonfim e outros historiadores e intelectuais do início da República empenharam-se em estudar a história do Brasil e envolviam-se em intensos debates a respeito do nacionalismo e dos projetos de futuro da nação (Bittencourt, 1992-1993; Bittencourt, 2005), por isso contestavam a adoção do conceito francês para o ensino de história, especialmente do Brasil.

Sobretudo no início do século XX, os debates sobre a formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira foram constantes entre os intelectuais que se debruçaram a respeito da brasilidade. Nesse sentido, a escola tinha um papel muito importante na construção desse ideal nacionalista. Em *Por que me ufano do meu país* (1900), Affonso Celso “[...] exprime com perfeição o nacionalismo patriótico produzido e difundido por setores da elite intelectual” (Bittencourt, 2005, p. 192). A obra produzida para as escolas primárias tornou-se também leitura obrigatória na instrução secundária, sendo utilizada como uma verdadeira cartilha de nacionalidade. O pequeno manual de educação cívica difundia o amor à pátria, especialmente a partir das grandezas naturais brasileiras. Segundo o autor, “a pátria amada, idolatrada”, possuía grandes rios e florestas, clima ameno, riquezas minerais e uma história gloriosa, por isso os brasileiros deveriam vangloriar-se de sua terra.

Vale salientar que a obra de Celso não é um exemplo único, mas insere-se numa ampla produção de compêndios de História Pátria que circularam nas primeiras décadas do século XX, dentro dessa perspectiva de fortalecer a identidade nacional. Conforme Bittencourt (2005, p. 192), “[...] Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, dentre outros, prosseguiram nessa tarefa e, por essa trilha, foi sendo construída uma galeria de heróis nacionais que passaram a ser cultuados em festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados”. Nesse sentido, a História foi campo privilegiado da preservação de heróis e de uma memória nacional, desempenhando um papel importante na formação dos conceitos de nação e cidadania (Zamboni, 2005). Segundo Fonseca (2004, p. 24),

A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram os objetivos da historiografia

comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sob estreito controle dos detentores do poder. Isso ocorreu na Europa e também na América, onde os países recém-emancipados necessitavam da construção de um passado comum e onde os grupos que encabeçaram os processos de independência lutavam por sua legitimação.

Outro momento importante para a retomada dessas discussões a respeito da formação do estado nacional e da busca de uma identidade para o povo brasileiro foi a década de 1930. Assim, logo após a Revolução de 30 e a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, através da reforma Francisco Campos, em 1931, os currículos escolares passaram por significativas mudanças. No que concerne ao ensino de História, a História Geral e do Brasil passaram a ser uma única cadeira denominada História da Civilização, que tinha como finalidade a introdução do brasileiro no mundo “civilizado”, urbano e tecnológico, a partir da concepção de progresso. Segundo Bittencourt (2005, p. 195),

Nesse contexto, a História da Civilização foi ainda mais valorizada, com obrigatoriedade para cada série do nível secundário. A História do Mundo, sob o modelo civilizatório de Charles Seignobos e posteriormente das obras do Cours d’Histoire, de Albert Mallet, continuava a predominar, com algumas adaptações, sobretudo as que estavam de acordo com alguns intelectuais católicos, como Jonathas Serrano. Nesse contexto de mudanças educacionais, a História do Brasil permanecia como apêndice desta história do “homem civilizado moderno” e, por essa razão, surgiram novamente inúmeras críticas que, dessa vez, foram feitas pelo setor mais conservador do grupo de intelectuais próximos ao poder. Os debates em torno de projetos políticos nacionalistas do Estado Novo e propostas, sobretudo, de intelectuais de cunho mais conservador, provocaram o retorno da História do Brasil como cadeira autônoma nos currículos.

Durante o Estado Novo, o nacionalismo caminhava em sintonia com o pensamento autoritário. Tal junção aguçou a ideia de que as “massas” deveriam ser guiadas pelas elites e que estas produziram as transformações para que o Brasil se desenvolvesse. Dessa concepção, comungavam muitos intelectuais envolvidos com as questões educacionais, tais como Francisco Campos, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Nessa perspectiva, a escolarização dos grupos dominantes precedia a do povo. Vale salientar que esse tipo de concepção, em que se acreditava que uma elite bem educada acarretaria em um povo também bem educado, não é algo novo desse período, pois teve início no Império.

De uma maneira geral, constatamos que o ensino de História do Brasil, desde a sua instituição até pelo menos o período getulista, configurou-se vinculado à concepção de “genealogia da nação”, a partir do ideal branco, ocidental e cristão, no sentido de formar o

“espírito nacional”. Desta feita, os conteúdos de História ensinados no Brasil tinham como objetivo a constituição e formação da nacionalidade, com seus heróis e marcos históricos, sendo a pátria o principal personagem desse tipo de ensino. Nesse sentido, o ensino baseado nas datas comemorativas e cívicas estavam entre os principais métodos de ensino da história, pautados pela memorização e desfiles estudantis, como forma de exaltação dos chamados “grandes feitos e grandes fatos”.

Com a LDB de 1971, a disciplina de história nos anos iniciais foi suprimida, passando a dividir a carga horária com a disciplina de geografia, sendo denominada de Estudos Sociais. Assim, os conteúdos de história e geografia foram esvaziados, e a disciplina aborda uma formação moral, sem conceitos históricos, baseados na memorização, com ênfase no patriotismo e segurança nacional (Bittencourt, 2018).

Segundo Vasconcelos e Moreira (2007), não se deve pensar que a história seja equivalente a uma receita de bolo, pois coisas que deram certo no passado podem dar certo no presente, e, coisas que deram errado no passado também podem dar errado no presente. O contexto em que determinada ação do passado ocorreu foi outra, e nada pode garantir que a mesma ação se execute no presente apresenta os mesmos resultados.

Se desejamos construir uma prática de ensino de História que privilegie a compreensão do aluno enquanto sujeito da História. De uma História que não é dada e sim construída, não é possível trabalhar todo o conteúdo programático! Isso porque o nosso trabalho exige escolhas e uma das mais importantes é assumir a responsabilidade pelo trabalho com o conhecimento ultrapassado, mero repasse de informações (Vasconcelos; Moreira, 2008, p. 20).

O conteúdo de história ainda era repassado de forma tradicional na disciplina de estudos sociais, onde se preocupava apenas em repassar as informações, e representava um processo em contínua transformação e adaptação à realidade dos alunos e da sociedade como um todo. Neste processo é indispensável que o professor acompanhe as transformações e procure continuamente se adaptar às novas demandas do ensino.

Conforme Bittencourt (2018), a renovação do ensino de história deu-se somente nos idos de 1980, quando do fim da Ditadura Civil-Militar. No entanto, a despeito dos novos currículos, os professores encontraram outras dificuldades “[...] sob novas condições quanto ao atendimento de um público escolar diferenciado, com experiências complexas em salas de aulas sempre precárias e professores em constantes lutas para melhoria das condições de trabalho e de salário [...]” (Bittencourt, 2018, p. 142).

Na década de 80, observa-se os primeiros movimentos de mudanças a partir das influências da Escola dos *Annales* do crescimento da Associação Nacional de História –

ANPUH. Novas temáticas passam a figurar no ensino da história, como a história das mentalidades, do cotidiano, pesquisas sobre ensino de História, movimento negro, sujeitos comuns como parte da história. Em relação ao método passa-se a questionar o livro didático e o método mnemônico (decoreba).

Os currículos produzidos após a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, assim como as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, trazem mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática, com ênfase na diversidade cultural e a influência de indígenas, africanos e europeus na formação do Brasil (Bittencourt, 2018). Superar a memorização de datas e fatos passa a ser outro objetivo a ser buscado formar cidadãos, membros da convivência pública, membros do espaço público, preparados para viver uma realidade construída pelo interesse e opiniões divergentes.

1.2 Os métodos do ensino de história

De acordo com Borges (1993), não se consegue ainda, de fato sistemática e amplamente, despertar nos alunos o interesse pelo raciocínio histórico, mostrando sua importância. O ensino decorativo gera o “ser pacífico”: embaralham-se em suas cabeças, desarticuladamente, nomes, datas, fatos e personagens. O ensino decorativo, com base em datas comemorativas, nomes, fatos e personagens, figura como desarticulação do sentido concreto. O autor supracitado diz que em relação ao ensino de história, em especial ao ensino público, de primeiro e segundo graus: “é muito duro ter que escrever que não vejo ainda o raio da esperança” (Borges, 1993, p. 45).

Segundo Vasconcelos e Moreira (2008), desde a época dos Jesuítas, principais educadores durante grande parte do período colonial no Brasil, já se insistia na memorização dos conteúdos escolares, sendo o bom aluno não seria aquele que sabia expressar sua criatividade, ao contrário, era melhor avaliado aquele que soubesse reproduzir fórmulas prontas a partir de um esquema de perguntas e respostas.

A História ensinada nas escolas tem respondido a mudanças, incorporando esses novos interesses do currículo, do que afirmam Vasconcelos e Moreira (2008, p. 36) que “as novas teorias e métodos educacionais têm contribuído para um redirecionamento das práticas pedagógicas do ensino de História”.

Ensinar história passa a ser então, dar condições ao aluno para poder participar do processo de fazer o conhecimento histórico, de construí-lo. O aluno deve entender

que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom, como comumente ouvimos alunos afirmarem. O aluno que declara “eu não sirvo para entender História” evidencia a interiorização do preconceito e incapacidade não resolvida. Ele deve entender que o conhecimento histórico não é uma mercadoria que se compra bem ou mal. Assim, a aula de História é o espaço em que um embate é tratado diante do próprio saber. (Schmidt; Cainelli, 2004, p. 30).

Ainda sobre o ensino de História, Bittencourt (2011), diz que a organização do estudo de História, representa tema que produz assim vários problemas que precisam ser esclarecidos. Um deles é distinguir entre História e temática, na qual, os historiadores a concebem na realização das suas pesquisas e, História ensinada por eixos temáticos, distinção fundamental que tem sido pouco explicitada nas propostas curriculares, o que induz a vários erros na prática escolar.

Em todos os tempos o ensino de História foi permeado por escolhas políticas, e no Brasil não foi diferente, visto que, após a Proclamação da República em 1889, a construção da identidade do país tornou-se prioridade e, as elites tinham que garantir a existência de um Estado e nação, escolhendo para ser ensinado aos alunos conteúdos de exaltarem grandes “heróis” nacionais e feitos políticos gloriosos. Desde então, poucas mudanças aconteceram em termos do que se ensina nessa área, pois sempre houve a influência, sobretudo, das visões de quem estava no poder.

Os trabalhos de Rüsen (1994) podem ser tomados como referência para a construção de um diálogo entre o Ensino da História e as perspectivas dessa ciência, levando-se em conta a categoria de cultura histórica para esse autor, cultura histórica pode ser considerada uma categoria de análise que trata dos fenômenos relacionados ao papel da memória no espaço público.

No pensamento rousseauiano, cultura histórica inclui todos os procedimentos da memória histórica pública e diz respeito às diferentes estratégias de investigação científico-acadêmica, de criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar. Essas estratégias conformam as diferentes dimensões da cultura histórica, como a dimensão estética, a política, a cognitiva e a dimensão ética, relacionadas às diferentes sociedades, em diferentes épocas.

Schmidt e Cainelli (2004), fazem uma breve abordagem sobre a História oral que a mesma são as memórias e recordações das pessoas vivas sobre o passado, a História oral escolar serve para diminuir a brecha entre o acadêmico e a comunidade; traz uma história a casa, já que relaciona o mundo da sala de aula, e o livro didático com o mundo social direto e cotidiano da comunidade em que vive e estuda.

O ensino de História no Brasil passou por várias transformações que acompanharam, muitas vezes, as mudanças ocorridas na organização e nas propostas educacionais brasileiras. Assim, pode-se apontar pelo menos, três fases características desse ensino: a fase que se pode denominar de ensino tradicional, a fase em que predominou o ensino de Estudos Sociais e a fase atual de ensino de História onde o aluno é incluído nas tarefas, nos assuntos abordados e que o aluno é livre para se expressar e ser crítico.

A finalidade de ensino cívico era formar um cidadão responsável e ativo acima de tudo ligada à dimensão patrimonial, o que permite ao mesmo tempo, que eles se apropriem de um patrimônio gerador de identidade. [...] “A formação de um cidadão esclarecido repousa sobre a apropriação de uma cultura comum e criadora de identidade” (Schmidt; Cainelli, 2004, p. 21).

A História é uma disciplina passível de muitas abordagens que até a pouco tempo não estavam em sala de aula, mas que hoje são vistas como destaque. Por isso tornou-se premente o trabalho com diversas fontes e o relacionamento do passado com o presente para que se entenda que contra fatos há. Tudo vai depender do olhar que se lança sobre elas. Ademais, segundo estes autores, diz respeito a um movimento inserido na dinâmica das articulações entre as instituições escolares e determinados projetos e propostas políticas.

A História permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, tais como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares (Faria Filho, 1998, p. 17).

Trata-se de um processo paulatino de produção de referências sociais, tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos como eixos articuladores de sentidos e significados, ao qual dá o nome de escolarização do social. Nesse processo, a noção de cultura escolar é particularmente importante para a compreensão deste fenômeno.

Ainda existe a noção de cultura escolar como uma das categorias norteadoras para a análise da constituição da História enquanto um conhecimento escolarizado, pois, a cultura escolar pode ser considerada como um conjunto de teorias, ideias, princípios, rituais, hábitos e práticas, formas de fazer e de pensar, mentalidades e comportamentos sedimentados ao longo do tempo sob a forma de tradições, regularidades e regras.

A especificidade do campo do Ensino de História impõe a necessidade de se analisar a natureza desse conhecimento e sua relação com as culturas escolares. Nesse sentido, os trabalhos de Rüsen (1994) podem ser tomados como referência para a construção de um

diálogo entre o Ensino da História e as perspectivas dessa ciência, levando-se em conta a categoria de cultura histórica.

Para esse autor, cultura histórica pode ser considerada uma categoria de análise que trata dos fenômenos relacionados ao papel da memória no espaço público. Entendendo-se a cultura escolar e a cultura histórica numa perspectiva relacional e dialética pode-se afirmar que, no processo de constituição da História como disciplina escolar no Brasil, ocorreu o mesmo fenômeno da Alemanha. Com a institucionalização e profissionalização da História, a didática da História, isto é, a questão do seu ensino e aprendizagem.

Nas décadas de 80 e 90, o ensino de História passou então a ter um papel importante na formação de cidadãos críticos e atuantes em seu meio social e esse papel permanece na atualidade (Fonseca, 2003).

De acordo com Monteiro (2004), na atualidade, com tantas mudanças no sentido tecnológico, social, econômico e político, o estudo de história vem perdendo sua importância para crianças e jovens. Os mesmos não compreendem o porquê estudar o que já passou, considerando assim o ensino de história desnecessário para sua atuação na sociedade contemporânea. Por vezes, algumas práticas pedagógicas de professores não fazem nenhuma alusão ao uso de outros meios que poderiam ser utilizados como forma de tornar suas aulas mais dinâmicas, atrativas e participativas.

Para Siqueira (2012) com o passar dos tempos e com os avanços na área educacional, o ensino de história começou a ser questionado fazendo assim, com que houvesse um rompimento com os métodos tradicionais onde o ensino era baseado apenas na leitura de livros didáticos e na cópia de exercícios extraídos dos mesmos.

De acordo com o autor supracitado, pode-se dizer que a partir desse rompimento, surgiram várias mudanças na forma de ministrar aulas, porém, percebe-se que nas séries iniciais este ensino ainda permanece distante dos interesses dos estudantes. Dessa forma se faz necessário que novas metodologias sejam adotadas no ensino de história com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas e significativas diante do contexto atual em que os alunos estão inseridos.

É possível observar alguns professores reproduzindo as mesmas práticas metodológicas que aprenderam no passado. Utilizam-se de metodologias inadequadas e obsoletas e o mais incrível é que ainda atribuem a culpa de as aulas não terem o sucesso esperado ao comportamento dos alunos.

A História é um componente curricular obrigatório nas escolas, porém, nem sempre desenvolvido de modo adequado, considerando sua importância para a formação dos

indivíduos, já que possibilita a construção de conhecimentos significativos do mesmo na sociedade. Muitos profissionais da área não desenvolvem a disciplina de maneira adequada, deixando a desejar sem suas metodologias e didáticas, além de aplicarem o conteúdo sem a devida ênfase, defasando assim o ensino (Schmidt; Cainelli 2004, p. 44).

O ensino de História hoje é um componente curricular obrigatório nos primeiros anos do ensino fundamental, objetiva levar o aluno a compreender as semelhanças e diferenças, as transformações sociais, culturais e econômicas de sua localidade, fazendo um paralelo entre o passado e o presente mediante a utilização de diferentes recursos, variando de acordo com a clientela atendida.

A história decorada deve dar espaço para a história estudada e investigada, essa assimilação precisa ocorrer para que haja o rompimento da escola tradicional para a escola nova, onde o educador deixa de ser a figura autoritária e única detentora do saber e passa a ser um mediador e um facilitador do conhecimento, levando em conta o conhecimento que o seu aluno possui.

Um dos maiores desafios do ensino de História hoje é oferecer uma educação básica de qualidade para a inserção do mesmo no âmbito social. O ato de auxiliar a criança a construir um sentido no estudo da História constitui-se em um desafio que requer ações educativas articuladas e planejadas, surgindo, então, a necessidade de oferecer um contraponto que permita ressignificar as experiências do estudante no contexto histórico do qual faz parte.

Um dos maiores objetivos de ensinar História nos primeiros anos é fazer com que a criança se situe e se sinta um ser social que faz parte da história. Para isso o educador precisa encontrar maneiras de vincular a educação com o desenvolvimento do conhecimento como sendo ele gradativo e constante; exercício da cidadania; além de desenvolver competências que os possibilite refletir sobre si mesmos como seres atuantes de suas próprias vidas e na sociedade.

As metodologias didáticas que o profissional do ramo utiliza são essenciais, pois o professor deve ser mais do que apenas o transmissor de conteúdo, mas sim o mediador e facilitador do conhecimento, levando em conta também que o aluno em uma sala de aula já possui, mesmo que de forma bruta, conhecimento.

Partindo do fato que o aluno possui conhecimentos prévios, o educador terá a função de lapidar, unificar e agregar informações ao mesmo. Visando alcançar os alunos que encontrará em sala de aula, é necessário que o educador possua um leque de opções de ensino, uma vez que os alunos possuem necessidades diferentes assim como dificuldades.

As crianças vivem e participam de um tempo de múltiplos acontecimentos que precisam ser compreendidos na sua historicidade. No entanto, a compreensão da historicidade dos acontecimentos tem sido dificultada, não só pela sua quantidade e variedade, mas também pela velocidade com que se propagam por meio das tecnologias da informação e da comunicação. O acúmulo e a velocidade dos acontecimentos afetam não só os referentes temporais e identitários, os valores, os padrões de comportamento, construindo novas subjetividades, como também induzem os jovens a viverem, como diz Hobsbawm (1995), “numa espécie de presente contínuo” e, portanto, com fracos vínculos entre a experiência pessoal e a das gerações passadas (BRASIL, 2006, p.65.)

O aluno de hoje está conectado a várias fontes de informação, a tecnologia está enfraquecendo o vínculo pessoal, o professor deve se aliar a essas tecnologias, usá-la a favor da educação, pois essa geração está sempre conectada ao mundo digital, e a escola deve fornecer estrutura para que essa interação aconteça. Levando em consideração essa transição, Siqueira (2010), afirma que o educador deverá apresentar metodologias que estimulem e valorizem a participação do aluno no processo de ensino/aprendizagem, para que, dessa forma, a construção do conhecimento para o mesmo se torne significativa.

Para alcançar objetivos tão complexos, o educador tem contato em sua formação acadêmica com disciplinas que o norteará em sua vida profissional, entre elas, pode-se citar: Metodologia de Ensino; Didática aplicada; Ética e Educação; Prática de Ensino e os Estágios Supervisionados. Tais disciplinas são cernes para que o docente desenvolva suas práticas de ensino em sala de aula.

O processo de planejamento de uma disciplina contribui para seu bom desenvolvimento, pois torna seus conteúdos mais contextualizados e sua metodologia, mais dinâmicas. Porém ao colocar em prática o que foi planejado o professor pode se deparar com diversas dificuldades, o que pode contribuir para que visualize outras possibilidades de ensino, pois além de perceber que a prática é diferente da teoria, o educador percebe a importância de avaliar constantemente suas práticas pedagógicas e refletir sobre essas experiências educativas.

Há algum tempo os professores se preocupam em tornar a sua disciplina interessante e relevante para os alunos. Não raro, reclamam da resistência que muitos dos estudantes têm em participar efetivamente das aulas. Resistência essa que passa pela incompreensão em lidar com uma área do conhecimento ligada ao passado, ligada a tempos distantes da realidade vivenciada pelos alunos.

Para tentar romper essas barreiras, o profissional que se propõe em adotar metodologias e formas diferentes de ministrar sua aula, também preocupa-se se essas formas são de fato as melhores. O profissional passa a ser didático quando se preocupa em avaliar

criticamente as metodologias, formas e melhor emprego delas em salas de aula. Nesse sentido, aponta Guimarães, em sua obra “Didática e Prática de Ensino de História” de 2003:

A transformação do ensino de história é estratégica não só na luta pelo rompimento com as práticas homogeneizadoras e acríticas, mas também na criação de novas práticas escolares. O objetivo do saber histórico escolar é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados que dão sentido às diferentes experiências históricas. Os professores de história, num determinado contexto escolar, com sua maneira própria de agir, ser, viver e ensinar, transforma um conjunto de conhecimentos históricos em saberes efetivamente ensináveis e faz com que os alunos não só compreendam, mas assimilem e incorporem esses ensinamentos de variadas formas (Guimarães, 2003, p. 34)

A didática para assumir um papel significativo na formação do educador não poderá reduzir-se e dedicar-se somente ao ensino de meios e mecanismos pelos quais desenvolver um processo de ensino-aprendizagem, e sim, deverá ser um modo crítico de desenvolver uma prática educativa forjadora de um projeto histórico, que não será feito tão somente pelo educador, mas, por ele conjuntamente com o aluno.

É importante que o educador diferencie a metodologia da didática, pois apesar de ligadas, são conceitos diferentes. Tanto a Didática como a Metodologia estudam os métodos de ensino, a diferença encontra-se na metodologia como forma de estudar os métodos de ensino, classificando-os e descrevendo-os sem fazer juízo de valor e a didática, por sua vez, faz um julgamento ou uma crítica do valor dos métodos de ensino.

No momento que o educador se prontifica em adotar a postura didática, ele passa a refletir sobre as ações e metodologias usadas na sua vida profissional. Com essa atitude o professor terá um desenvolvimento de ensino-aprendizagem melhor do que o professor apenas metodológico, pois ele se propõe a examinar constantemente suas ações e atitudes no decorrer da sua profissão. A criticidade na didática permite que o professor consiga escolher metodologias adequadas de acordo com a necessidade que encontrará nas turmas que ministrará sua aula.

De acordo com Libâneo (1994 p. 54), o objetivo de estudo da didática e o processo de ensino [...] didática e o processo de ensino que “inclui os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativa do ensino, as atividades do professor e dos alunos e as diretrizes que regulam e orientam esse processo”. Ao preparar sua aula o educador deve se preocupar com a série que irá ministrar suas aulas, pois a abordagem e postura do professor deve variar, mas sem perder o foco maior que é a preparação do aluno como indivíduo ativo e participativo da sociedade que atua.

O docente precisa fazer uma analogia em suas aulas com os fatos históricos que pede a disciplina com a construção de identidades e promoção da cidadania. A seleção de conteúdos

e materiais adequados, assim como diferentes fontes e linguagens no ensino são elementos que o educador encontra para variar as suas aulas. A visão sobre o ensino de forma geral, entra em confronto com a realidade da instituição, que muitas vezes não oferece condições necessárias para um ensino de qualidade. Os agravantes dentro de uma escola são variantes, como: uma sala sem carteiras ou quadros, sem data-show, televisão e sistema de vídeo, sem ar-condicionado ou ventilador, alunos que estão ali por simplesmente estarem e professores que não buscam fazer a diferença independente das dificuldades.

Em prática, o profissional trabalha com as opções que possui. Muitas vezes, nesta perspectiva, o professor para ministrar aula no ensino fundamental menor, onde é necessária uma aula mais lúdica, ele trabalha imagens por meios de cartazes tanto ele produzindo, quanto para os alunos produzirem; xerox com imagens e textos pequenos; vídeos educativos, filmes e músicas quando a instituição possui os aparelhos necessários e apresentações de peças e pequenos trabalhos. Tais metodologias são as mais comuns encontradas nas instituições de ensino, por serem de uma elaboração simples.

O educador precisa ter em mente que ele é o condutor e facilitador do conhecimento e apesar das dificuldades que as escolas possam apresentar, seja na estrutura ou na administração, ele precisa preparar seu aluno para a sociedade, o mesmo precisa ter no mínimo a educação básica, mas o seu papel vai além do conhecimento, pois o aluno precisa, teoricamente, sair pronto para a vida.

A preocupação em repensar a maneira como ensinar História, ocorre principalmente, porque o educador precisa se preparar educando para a vida, para o exercício da cidadania, e capacitá-lo para o aprendizado permanente e autônomo, não se restringindo a prepará-lo para outra etapa escolar. Segundo as Orientações Curriculares, de 2006:

Para fazer frente à necessidade vital de formação para a vida, o ensino pauta-se pelo conceito de educação permanente, tendo em vista o desenvolvimento de competências cognitivas, sócio afetivas, psicomotoras e das que incentivam uma intervenção consciente e ativa na realidade social em que vive o aluno (Brasil, 2006, p. 67)

Portanto, para alcançar com êxito a evolução que a educação vem sofrendo com o tempo, torna-se tarefa do professor criar situações de ensino para os alunos estabelecerem relações entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses específicos de grupos e as articulações sociais. Faz parte da profissão docente reconhecer que o saber escolar é construído na interlocução. Incorpora a dimensão do diálogo interpessoal, da diversidade cultural, das significâncias múltiplas de seus interlocutores. Cada

situação de sala de aula requer escolhas didáticas específicas e reflexões sobre o processo construído.

A História vem ganhando espaço no campo da investigação deixando de ser decorativa, mas se tornando um grande desafio devido à qualidade da educação básica. Tendo como objetivo desempenhar um pensamento crítico reflexivo. Portanto, as metodologias e didáticas utilizadas pelos professores são essenciais no processo de ensino e aprendizagem, pois o pedagogo não é apenas transmissor de conteúdo, mas um mediador e facilitador do conhecimento, sempre refletindo sobre a faixa etária dos alunos, peculiaridades sociais os métodos de ensino selecionados para aplicação do conteúdo. Em suma, os procedimentos metodológicos são fundamentais para a condução de uma aula atraente e significativa, pois é através das metodologias adotadas pelo docente que o aluno poderá se identificar ou perder o interesse pela disciplina.

2. OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA (PCN, BNCC)

2.1 Os PCNs e suas implicações no ensino das datas comemorativas

Conforme Silva (2014) na década de 1990 ocorreram transformações substanciais na sociedade e, por consequência, na legislação educacional brasileira e em relação ao ensino de História, mediante a aprovação da lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os PCNs apontam uma organização curricular para o ensino de história por eixos temáticos, desdobrados em sub temas. Para os quatro anos iniciais do Ensino Fundamental, foi proposto o estudo de dois eixos temáticos: I) História local e do cotidiano, subdividida em dois subitens: ‘localidade’ e ‘comunidades indígenas’; II) História das organizações populacionais, subdividida em ‘deslocamentos populacionais’, ‘organizações e lutas de grupos sociais e étnicos’, e ‘organização histórica e temporal (Silva, 2014).

Os objetivos gerais dos PCNs de história é que ao longo do ensino fundamental os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão da sua realidade, especialmente confrontando- se relacionando-a com outras realidades históricas, e assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trabalham na perspectiva de a história adequar-se ao novo movimento sociocultural, preocupando-se com significado da cidadania, compartilhando a ideia de que a história moderna da cidadania se constituiu pela ampliação dos direitos a serem garantidos (civis, políticos, sociais e culturais).

No contexto atual, período pós-redemocratização, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) apontam que:

A opção de se introduzir o ensino de História desde os primeiros ciclos do ensino fundamental explicita uma necessidade presente na sociedade brasileira e acompanha o movimento existente em algumas propostas curriculares elaboradas pelos estados. (...) A demanda pela História deve ser entendida como uma questão da sociedade brasileira, ao conquistar a cidadania, assume seu direito de lugar e voz, e busca no conhecimento de sua história o espaço de construção de sua identidade (1997, p.04)

Para além do porquê da inserção de tal disciplina no ensino fundamental, o documento destaca que:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de

solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País; Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (PCN, 1997, p. 5).

Para além do objetivo geral, compreende-se que o ensino de história voltado para o aluno matriculado no primeiro ciclo do ensino fundamental (1º, 2º e 3º ano) deve compor atividades que o leve a “[...] compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas.” (PCN, 1997, p. 39). A história no ciclo elencando tem como objetivo:

Comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade; Reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade; Reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência; Caracterizar o modo de vida de uma coletividade indígena, que vive ou viveu na região, distinguindo suas dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e religiosas; Identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e o da comunidade indígena estudada; estabelecer relações entre o presente e o passado; Identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções. (PCN, 1997 p.39-40)

O segundo ciclo (formado por alunos do 4º e 5º) tem, por sua vez, como objetivo:

Reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que a sua coletividade estabelece ou estabeleceu com outras localidades, no presente e no passado; Identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais; Identificar as relações de poder estabelecidas entre a sua localidade e os demais centros políticos, econômicos e culturais, em diferentes tempos; Utilizar diferentes fontes de informação para leituras críticas; Valorizar as ações coletivas que repercutem na melhoria das condições de vida das localidades. (PCN, 1997, p. 45-46)

Nesse sentido, o currículo tanto do primeiro, quanto do segundo ciclo tem como objetivo promover o conhecimento dos alunos em relação a distintas composições sociais, refletindo acerca delas, ao mesmo tempo em que fomenta a construção da identidade do aluno a partir de uma visão coletiva e multicultural. A esse respeito a PCN destaca ainda que:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. [...] Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo (1997, p.26)

Portanto, o documento acima citado deixa evidente que o ensino de história deve propiciar o fomento de um cidadão com habilidades para viver em sociedade de maneira harmônica e respeitando as diferentes formas de expressões culturais e de identidades. É importante destacarmos que, com o intuito de propiciar a formação da identidade do educando, tal documento divide o ensino de história em eixos, assim o primeiro ciclo tem como proposta de eixo de trabalho “A história local e cotidiana” e o segundo ciclo trabalha a “História das Organizações Populacionais”.

Os PNC's indicam que deve ser trabalhado conteúdos que tenham o objetivo de contribuir para a formação intelectual e cultural dos estudantes; favorecer o conhecimento de diversas sociedades historicamente constituídas, por meio de estudos que considerem múltiplas temporalidades; propiciar a compreensão de que as histórias individuais e coletivas se integram e fazem parte da História.

O saber histórico escolar, na sua relação com o saber histórico, compreende, de modo amplo, a delimitação de três conceitos fundamentais: o de fato histórico, de sujeito histórico e de tempo histórico. Os contornos e as definições que são dados a esses três conceitos orientam a concepção histórica, envolvida no ensino da disciplina. Assim, é importante que o professor distinga algumas dessas possíveis conceituações (Brasil, 1998, p. 3).

Uma das principais características dos PCNs é a ênfase dada ao aspecto cultural, à defesa do multiculturalismo, devido a imensa diversidade cultural do Brasil, o que acaba omitindo vários problemas como as desigualdades sociais, a opressão, e reduz os problemas sociais ao racismo e a discriminação.

Segundo Ramos (2006), o multiculturalismo pode designar tanto uma filosofia anti-preconceito, quanto uma metodologia educacional, e a muito tempo é uma experiência vivida por representantes de grupos minoritários, na luta para que seus direitos sejam respeitados, que até que tenham direitos.

Tornou-se obrigatória a implantação no currículo de História do Brasil, estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras de acordo com a Lei 10.639/2003 e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, sempre

incorporando contribuições das diferentes manifestações culturais, além das manifestações artísticas relacionadas às diferentes etnias que compõem originariamente a formação do povo brasileiro.

Sanfelice (2005), afirma que o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrada nas aulas de História com o tema escravidão negra africana. Uma primeira reflexão a ser feita é sobre a palavra escravo, que foi sempre atribuída a pessoa em determinadas condições de trabalho, portanto, a palavra escrava não existe sem um significado do que é o trabalho e suas condições.

Para Carvalho (2013) depois dessa nova diretriz, o professor deve ressaltar em sala de aula as o estudo da História e cultura afro-brasileiras e africana como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, os pensamentos e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. Portanto o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Para além dos Parâmetros, consideramos pertinente apontar as considerações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), uma vez que essas diretrizes norteiam o currículo promovido pelas diferentes modalidades de ensino. Assim, mesmo não tratando da disciplina de história de maneira específica, as diretrizes determinam que todos os componentes curriculares da educação básica devem dar subsídios para:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II – consideração das condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento; III – orientação para o trabalho; IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais (DCN, 2013, p.25)

Nota-se que mesmo não abordando de maneira direta, como faz o PCN, tal documento destaca que todo currículo escolar deve estar encaminhado para o desenvolvimento de um cidadão autônomo e democrático. Portanto, é possível afirmarmos que o ensino de história, bem como demais disciplinas do primeiro e do segundo ciclo, tem como objetivo primário a formação humana a partir de um conhecimento sistematizado de mundo.

Ainda de acordo com os documentos relacionados a gestão do ensino de história em seu caráter macro, destacamos que a LDBEN 9394/96, no artigo 26 inciso 4º, aponta que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Uma vez que o documento supracitado respalda e norteia a gestão curricular, a

gestão estrutural e a gestão relacionada à prática coletiva dos agentes que atuam na instituição de ensino, podemos afirmar que o mesmo estabelece que o ensino de história de ser fomentado a partir de uma perspectiva multicultural, isto é, considerando todas as categorias sociais que forma a sociedade.

Com base no exposto neste título, entendemos que os documentos nacionais relacionados ao ensino de história respaldam que o trabalho docente seja desenvolvido de maneira crítica e reflexiva, tendo como objetivos a formação da identidade do indivíduo e, também, a formação humana multicultural. Observa-se que a escrita de tais documentos apontam para uma prática educativa que não se limite a memorização e reprodução de datas e acontecimentos, mas que leve o aluno a refletir sobre sua identidade e sobre distintas categorias sociais que constituem a sociedade.

Desde o início da escolarização, a criança passa por um processo de construção pessoal e coletiva, isto é, ela passa a se reconhecer como parte integrante de um todo social. No que concerne à história nas séries iniciais, defendemos que ela tem a função de auxiliar na formação da identidade do aluno que se encontra em formação. Nesse sentido o professor deve ter em mente qual aluno ele quer formar e para qual sociedade ele está formando.

Para além da formação da identidade, Guimarães (2003, p. 37), aponta que a disciplina de história tem como objetivo transformar a consciência do homem acerca das amplas contradições que histórica e estruturalmente constituem as relações estabelecidas entre os sujeitos. Mesmo tendo um avanço tímido, se comparado às séries finais e no ensino, podemos afirmar que o ensino de história goza de importância no processo de ensino e aprendizagem, conforme Cruz (2003, p. 02):

Estudar História [...] no Ensino Fundamental resulta em uma grande contribuição social. O ensino da História [...] dar ao aluno subsídios para que ele compreenda, de forma mais ampla, a realidade na qual está inserido e nela interfira de maneira consciente e propositiva.

Logo, pensando na disciplina de história como um dos elementos para a formação humana, é plausível afirmarmos que desde as séries iniciais tal disciplina deve ser encaminhada com o intuito de formar indivíduos críticos acerca de sua prática e das relações sociais que o rodeiam. Podemos apontar ainda que já nas séries iniciais o ensino de história não se limita a “narrar” fatos do passado, mas, a partir de um trabalho sistematizado, dar subsídios para que a criança reconheça e compreenda os movimentos da sociedade. Tal processo leva o aluno a construir sua identidade enquanto ser social.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam que durante o nível de ensino objeto de estudo deste trabalho o ensino de história se divide em dois eixos, isto é, duas propostas norteiam o trabalho docente: “A história local e cotidiana” e a “História das Organizações Populacionais”. Ou seja, tal disciplina é encaminhada de forma que leve os alunos a conhecerem o espaço em que se encontram inseridos, bem como as distintas organizações sociais.

Nesse sentido, para que o ensino de história seja desenvolvido a partir de uma perspectiva que dê os pressupostos necessários para a formação da consciência histórica do aluno, visto que a criança aprende a partir de questões lhas são prazerosas, ou seja, aprendem a partir de questões empíricas que estão presentes no seu cotidiano e lhas são significativas (Cainelli, 2006). É necessário que o professor considere tanto as diferentes culturas e identidades que estão dentro e fora da instituição de ensino, colocando os alunos como agentes ativos no processo de ensino e aprendizagem. A esse respeito apontamos que o aluno só irá realizar ações mentais que o leve ao desenvolvimento cognitivo quando ela se depara com situações de aprendizagem que lhe sejam significativas, que esteja relacionada com o prazer e o desejo de aprender e não seja meramente a reprodução de determinado conteúdo (Charlot, 2005). Guimarães (2003, p.71) por sua vez argumenta que:

[...] o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. É uma reinvenção permanente.

Portanto, o saber histórico, bem como a consciência histórica, só é desenvolvido de maneira satisfatória quando o aluno se identifica com o conteúdo ensinado e não o vê como algo alheio a sua realidade. De maneira geral, podemos afirmar que o ensino de história aplicado da maneira acima elencada faz com que os alunos se desenvolvam de maneira crítica e autônoma frente às diversas relações sociais e que também goze de subsídios para compreender tais relações a partir de determinada temporalidade – torna-se importante que noções de tempo e temporalidade não é algo inato, mas construído em conjunto com as relações culturais. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que a formação do conhecimento histórico nas séries iniciais auxilia no desenvolvimento cognoscitivo da criança.

A escola é essencial no processo de inclusão e democratização do aluno como pessoa socialmente ativa no Brasil. Os PCNs (BRASIL, 1998) trabalham na perspectiva de a História adequar-se ao novo movimento sociocultural, preocupando-se com significado da cidadania, compartilhando a ideia de que a história moderna da cidadania se constituiu pela ampliação

dos direitos a serem garantidos (civis, políticos, sociais e culturais). Essa análise se amplia no 5º ano, cuja ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental é importante que o aluno compreenda os conceitos de tempo histórico, a partir de vivências pessoais, e precisa ser compreendido como um objeto de cultura criado pelo homem, como o calendário e relógio, a distinção do dia e da noite. Inicialmente ele precisa perceber as semelhanças e diferenças e transformações no modo social, cultural e econômico da sua localidade. Como elas ainda estão no início da alfabetização é ideal que use a ludicidade, como as fotografias, mapas, filmes, alimento objeto de uso cotidiano.

Espera-se que ao final do primeiro ciclo o aluno seja capaz de comparar os acontecimentos no tempo, reconhecer semelhanças e diferenças sociais e econômica, desenvolver determinadas competências, referente a aprendizagem de História, o reconhecimento da diversidade entre grupos sociais, base nos princípios éticos, respeitando a diversidade sem preconceitos étnicos, de gênero, religião ou qualquer outro tipo, e o estímulo ao exercício de fazer História são condições fundamentais para o desenvolvimento das competências gerais prevista na BNCC (Brasil, 2017).

Vale ressaltar que o documento acima citado PCN's são muito importantes porém não são atuais.

2.2 A BNCC e suas implicações no ensino das datas comemorativas

A terceira e última versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) foi apresentada de forma fragmentada e em duas fases, uma parte entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2017, com o programa curricular da educação infantil e do Ensino Fundamental, e outra recebida, em julho de 2018, pelo CNE para análise. “Na BNCC, a aprendizagem no campo da História está relacionada ao desenvolvimento de cinco habilidades: identificação, contextualização, comparação, interpretação e análise [...]” (Silva, 2019, p. 67). Conforme o próprio documento:

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes [...] (BNCC, 2018, p. 397).

Nesse sentido, o passado deve dialogar com o presente, ou seja, os/as estudantes devem ser estimulados a fazer uma leitura crítica dos fatos históricos, formular perguntas, criar hipóteses e interpretações, questionar o conhecimento histórico pré-estabelecido.

A Base Nacional Comum Curricular diz que objetiva-se promover a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Importa destacar que cada documento é produzido num contexto sócio-histórico e político e é, usualmente, instituído no processo de disputa ideológica; logo o significado e os sentidos dos conceitos expressos nos textos oficiais, também, precisam ser considerados nos seus usos (Silva, 2019). Portanto, importa destacar que determinados conceitos e categorias apresentadas na Base visam atender às perspectivas de mundo de alguns grupos. Dentre esses conceitos, Silva (2019), chama a atenção para os de “Direito de Aprendizagem”, “Competências”, “Habilidades” e “Objetos de Aprendizagens”, como orientadores da prática pedagógica. Conforme a autora, não há base teórica no documento que esclareça e justifique o emprego de tais termos.

Bittencourt (2017, p. 558), por sua vez, destaca que a BNCC silencia a respeito dos pressupostos pedagógicos e curriculares, “pois não há nenhuma indicação bibliográfica que justifique a escolha pela definição curricular a partir de objetivos de aprendizagem, termo, até então, pouco usual no âmbito da produção de conhecimento acadêmico a respeito do currículo”. O documento apropria-se de outros documentos oficiais para respaldar e legitimar o uso de seus conceitos.

Para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a BNCC traz como grandes áreas temáticas, com diferentes graus de complexidade, o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”. No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade. No 5º ano a ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização.

Nesta perspectiva, deseja-se desenvolver no aluno as noções de cidadania e diversidade. Evitando-se uma visão homogênea, que reconheça os pertencimentos e respeite as diversidades.

Entretanto, em que pese as questões apresentadas, Silva (2019, p. 76), aponta que a BNCC “[...] não se apresenta com uma linguagem própria do campo científico e do universo teórico que dê sustentação aos cursos de formação e a atuação pedagógica dos professores [...]”. A crítica da autora diz respeito à linguagem infantilizada do documento, bem como ao fato do mesmo apresentar-se como o próprio programa escolar.

De toda forma, é importante destacar que a BNCC aponta para um ensino de história com mais realismo e coerência, caminhando rumo a uma educação mais envolvente para o aluno. O professor deve, portanto, convidar o aluno para aulas com mais criticidade, cidadania, posicionamento, com mais análise, diversidades de fontes, contextualização e interpretação do passado, mas fazendo comparações com a atualidade.

Espera-se que o professor seja promotor da união entre a competência acadêmica (domínio dos saberes) e a competência pedagógica (domínio da transmissão do saber), aliando competência, convicções e experiências de vida. Pois assim, ele poderá ensinar o estudante a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias, o saber fazer, o saber fazer bem, lançar os germes históricos. Ele é o responsável por ensinar o estudante a captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o estudante a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas (Schimidt, 2015).

3. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS DATAS COMEMORATIVAS

Ao tratar sobre o tempo escolar, Viñao Frago (1995) destaca que ele é diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais, um tempo aprendido, interiorizado e, sobretudo, uma construção cultural e pedagógica. Destarte, o tempo escolar é percebido e vivido distintamente pelos sujeitos interdependentes na configuração escolar. Essa arquitetura temporal foi estruturada em “[...] ciclos, niveles, cursos y ritos de paso o exámenes (ciclos, níveis, cursos e ritos de passagem ou exames) [...]” (Viñao Frago, 1995, p. 73).

Para Agustín Escolano (1992; 1993-94) longe de ser uma dimensão neutra, mecânica ou mesmo irrelevante na prática pedagógica, o tempo escolar expressa características proeminentes da educação, no sentido em que materializa “[...] las concepciones y los modos de educación, sino también porque esa misma materialidad instituye un discurso pedagógico y cultural (concepções e modos de educação, mas também porque essa mesma materialidade estabelece um discurso pedagógico e cultural) [...]” (Escolano, 1992, p. 55).

Desta feita, a distribuição das cadeiras pelo espaço-tempo e a distribuição semanal das horas destinadas a cada uma delas, os dias de aulas durante a semana, as férias escolares fazem parte do processo formativo, de um sistema de valores estéticos, culturais e ideológicos a ser interiorizado pelo/a estudante.

A organização do tempo está no bojo da racionalização escolar, baseada no conhecimento científico, empreendida, sobretudo, a partir do século XIX. O tempo normalizado está ligado a movimentos pedagógicos modernos de sistematização das atividades escolares, bem como, constitui um sistema disciplinar de uma estrutura rigorosamente centralizada e uniformizadora, que não visa somente instruir, mas impõe comportamentos e valores. Destarte, calendários e horários das matérias são exemplos da normatização e regulação do processo educativo, bem como são também constituintes desse processo (Santos, 2018).

As datas comemorativas podem ser entendidas como uma passagem no tempo, marcadas por algum fato, o início ou o fim de algum acontecimento. Vale destacar que as datas históricas brasileiras em sua maioria são marcadas por festividades e feriados que envolvem, sobretudo, a religiosidade católica e as datas cívicas. Observa-se nesse modelo uma lógica temporal escolar bem definida e bastante cristalizada, na qual os conteúdos devem ser apreendidos pelos estudantes durante um determinado período, uma numa determinada

data. Ou seja, o estudante tem um tempo pré-definido para aprender certos conteúdos relacionados a uma festividade.

Nas escolas, principalmente das séries iniciais, o trabalho com as datas comemorativas são de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, gerando oportunidades para que participem de certa forma de tais acontecimentos. Elas são importantes para transmissão de tradições culturais e valores. As crianças aprendem sobre as festividades, costumes e histórias associadas a cada celebração, o que pode fortalecer seu senso de identidade cultural. Conforme Bittencourt (2012, p. 5), “[...] na nossa história e nas demais histórias mundiais, muitas datas transformaram-se em marcos, comemorativos, criando-se rituais para que a sociedade se envolva e participe de maneira específica do processo de rememoração [...]”.

Nesse sentido, as datas comemorativas oferecem oportunidades de aprendizado sobre diversos temas das várias áreas do conhecimento, como a história, geografia, ciências e artes. Por exemplo, o Natal pode envolver aprendizado sobre tradições religiosas, história do Natal, geografia dos países onde é celebrado e até mesmo atividades artísticas como fazer decorações ou cartões natalinos.

Algumas datas comemorativas têm raízes históricas importantes, como o Dia dos povos indígenas, por exemplo. Ao celebrar essas datas estamos fornecendo às crianças uma compreensão mais profunda da história do Brasil. Elas têm um impacto significativo no desenvolvimento das crianças, oferecendo oportunidades para aprendizado, conexão social, expressão criativa e desenvolvimento de valores.

Para os alunos dos anos iniciais, na faixa de 6 a 11 anos aproximadamente, a construção do conhecimento histórico se potencializa a partir do estudo de temáticas que tenham significância para os mesmos. (Tonholo, 2013 p.189)

Entretanto, para Lira, Dominico e Martins (2018), as escolas tornam o planejamento monótono e repetitivo, pois sempre reproduzem as mesmas atividades conforme as datas: pinturas, apresentações, lembrancinhas; fazendo-se perder um pouco do sentido do porque aquela data está sendo festejada

[...] na maioria das vezes essas datas são trabalhadas com pouca criticidade e de forma fragmentada. Quanto aos índios, por exemplo, quanto temos conversado com nossas crianças sobre as mudanças no seu modo de vida, sua existência no cotidiano das cidades, vendendo seus produtos ou pedindo comida, dormindo nas ruas? Eles estão na nossa vida, mas de que maneira são percebidos? Ou mantemos aquele discurso superficial de que têm modos de vida diferente dos nossos, cantam e dançam com pinturas e cocares, sem saber o que de fato isso representa em sua cultura? Da mesma forma, quanto ao dia da mulher, data muito explorada pelas empresas, enaltecida na publicidade exibida na mídia, convocando a presentear as

‘honrosas’ mulheres do nosso dia a dia. Quanto temos pensado com as crianças qual o lugar da mulher na sociedade, na vida cotidiana, no trabalho? Como o lugar secundário e marginalizado da mulher na sociedade tem sido inclusive reforçado por meio das brincadeiras que insistimos em dizer que são de menina no cotidiano da educação infantil? Enfim, essas e outras datas podem ser trabalhadas com as crianças, desde que representem possibilidades de enfrentamento e reflexão das condições expostas na mídia (Lira, Dominico e Martins, 2018, p.147).

Nesse sentido, a maioria já chega com atividades prontas, feitas pelos professores e pelas professoras, que planejam e realizam no dia anterior. As crianças pouco participam das confecções de lembrancinhas, por exemplo, ou mesmo não opinam sobre o que elas gostariam de fazer como lembrancinhas ou atividade para aquele dia, sendo assim elas não participam ativamente do tema. Conforme Lira, Dominico e Martins (2018, p. 148)

Outro ponto que merece ser problematizado é que a forma como as datas são trabalhadas exige pouca ou nenhuma reflexão e participação das crianças, como por exemplo, quando as ‘lembrancinhas’ são exaustivamente recortadas e montadas pelas professoras, geralmente em trabalho extraclasse. Assim, em muitas atividades as crianças não participam, não opinam, não podem ‘fazer do seu jeito’, pois precisam seguir um modelo.

Ter no currículo escolar o ensino das datas significativas é importante quando são bem planejadas e abordadas de forma a se fazer entender seu significado. O ensino de tais datas é uma parte essencial para educação histórica, mas tem suas problemáticas, a exemplo da metodologia baseada na memorização, muito comum em várias instituições. Os estudantes são incentivados a decorar datas e eventos sem compreender o contexto mais amplo ou as consequências dos mesmos. Isso pode levar a uma compreensão superficial da história e à falta de capacidade dos estudantes para fazer conexões significativas entre diferentes eventos e períodos.

Em nosso calendário existem alguns tipos de datas comemorativas, as datas cívicas que são lembrados por seu posicionamento histórico, algumas datas são mais lembradas por sua alta movimentação comercial e há também as que são dedicadas a celebrações religiosas. Na próxima subseção abordaremos algumas datas do nosso calendário e seu significado histórico ou religioso. As escolhas das datas abaixo mencionadas ocorreram a partir de minha vivência com elas, foram as datas que mais se destacavam e que mais foram trabalhadas no calendário da instituição em que atuei como auxiliar de classe.

3.1 Datas cívicas

19 de abril (Dia dos povos indígenas) - Nesse dia homenageiam-se os povos indígenas, pois foi em 19 de abril de 1940, que aconteceu o primeiro congresso com várias nações indígenas para discutir questões relacionadas aos direitos e condições de vida desses povos. É uma oportunidade para refletirmos sobre a importância da preservação da cultura e dos direitos das comunidades indígenas. Esse dia é também uma ocasião para valorizar a contribuição dos povos originários para a formação da identidade diversidade cultural brasileira.

Os indígenas sempre reclamam que os cristãos – palavra bastante utilizada por eles para classificar os não índios – lembram-se de seu povo somente no dia 19 de abril, porque nessa data precisa apresentar para o mundo marcas dos antecedentes históricos da formação da cultura nacional. É justamente nesse período que as escolas dos não índios reforçam a ideia de um índio genérico, mostrando um indivíduo estilizado. Professores acentuam o arco, a flecha, a rede, o penacho e a oca como os únicos artefatos do(s) índio(s). Ensinam que Tupã é o deus único e que todos os indígenas no Brasil são falantes de língua Tupi. Durante muito tempo, os índios foram retratados nos livros didáticos seguindo essa concepção, que enfoca os indígenas como personagens distantes da nossa realidade, prestes ao desaparecimento, e que devem ser lembrados no dia 19 de abril (Ladeira; Nascimento, 2012, 74-75)

Com base na referência acima citada e em alguns anos dentro de sala de aula como auxiliar, posso afirmar que as comemorações do dia dos povos indígenas foge completamente do verdadeiro significado. Para começar, algumas escolas não tem uma referência dentro da instituição onde possam orientar em como proceder com as atividades daquele dia, é muito difícil ver um aluno indígena ou que a escola tenha contato com alguma família indígena e por isso ficam alheios a alguns aspectos.

Para algumas instituições o dia 19 de abril é o dia de fazer pinturas no rosto, se vestir e se apresentar como índios, com redes, cestos, arco e flecha. Em sala de aula as crianças desenham, ouvem historinhas bonitinhas de indiozinhos, pintam ocas ou desenhos de crianças indígenas, mas o que de fato elas aprendem com esse tipo de atividade? Já passou da hora das instituições e docentes se atualizarem, modernizarem seus planejamentos e abordarem o que de fato importa, a luta que esses povos enfrentam até os dias atuais para ter seus direitos reconhecidos, manter viva sua cultura e o quão importante são para a história do país. Além disso, hoje em dia muitos dos povos indígenas frequentam escolas, faculdades, vestem-se como homens “brancos” e até trabalham fora, têm acesso às tecnologias e moram em casas que não são de palhas, como fazem as crianças acreditarem.

Para que esses povos sejam realmente homenageados precisamos mais que um único dia no calendário, é preciso pesquisar, conhecer e respeitar suas culturas, crenças e principalmente seus direitos. Vale ressaltar que essa data passou por uma alteração no ano de 2022, antes conhecida como “Dia do Índio” passou então para “Dia dos povos Indígenas” isso ocorreu pelo fato de o termo “índio” ter uma origem equivocada, que remonta à chegada dos europeus às Américas, quando Cristóvão Colombo acreditava ter chegado às Índias. Ao longo do tempo, o termo passou a ser usado de forma genérica e muitas vezes pejorativa, desconsiderando a diversidade cultural, étnica e linguística dos povos indígenas. A mudança para “povos indígenas” é um esforço para reconhecer a diversidade e a riqueza das culturas indígenas. A transição de “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas” é, portanto, uma forma de promover maior conscientização, respeito e inclusão dos povos indígenas na sociedade.

21 de abril (Tiradentes) - Dia 21 de abril tem grande valor histórico para o Brasil, declarado feriado nacional é nesta data que lembramos a luta de Joaquim José da Silva Xavier, popularmente conhecido como Tiradentes. Considerado um mártir da independência brasileira e símbolo da luta contra a opressão colonial, nasceu em 1746 e foi um dentista, ativista político e militar, trabalhou na defesa de independência e república para o Brasil, no movimento que ficou conhecido como Inconfidência Mineira. Após o movimento ser descoberto pelas autoridades portuguesas, Tiradentes foi preso, julgado e condenado à forca, executado e esquartejado, em 21 de abril de 1792. Após sua execução, espalharam as partes de seu corpo em diferentes lugares. A sentença visava desonrá-lo, bem como intimidar outros dissidentes.

Ele é considerado um herói nacional e sua figura é homenageada em todo o Brasil na data de sua execução, mas para muitas crianças e até mesmo alguns adultos esse dia é feriado porque é dia dos dentistas, ou muitos nem sabem o motivo de tal data está sendo lembrada.

Em trabalho e pesquisa realizada por Cainelli (2004) a autora investigou a construção da identidade nacional através de uma pesquisa realizada com pessoas não alfabetizadas. Ela escolheu investigar o conhecimento que um número de adultos não alfabetizados tinham sobre Tiradentes e a data de 21 de Abril. Ela escolheu Tiradentes pelo fato de a bibliografia apontar que ele é um ícone da identidade nacional. As pessoas não alfabetizadas sabem que 21 de abril é feriado nacional, não sabem que é a data de Tiradentes e nem sabem quem foi Tiradentes. Ela concluiu que a memória social e o conhecimento sobre o que representa Tiradentes é uma construção da Escola, muito embora haja mobilização no feriado de 21 de abril (mobilização no sentido de feriado nacional). Essa pesquisa aponta para a importância da escola na construção da identidade entre os brasileiros. (Correa; Silva, 2018, p. 04)

Um fato que chama bastante atenção é que até hoje muitos brasileiros não conhecem o significado desta data, para alguns é o dia do dentista ou simplesmente desconhecem a data, isso devido à pouca importância dada à mesma pelas instituições escolares. Desde as séries iniciais é fundamental esclarecer para os alunos quem foi Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), suas lutas por nosso país, sua bravura e conquistas, deixar claro que a data em questão não é o dia para homenagear a profissão de dentistas. É uma oportunidade para que os profissionais da educação e toda rede escolar reflitam sobre a educação e conscientização histórica antes de planejarem suas atividades. Conforme Fonseca (2012, p. 79) “[...] a questão que se coloca não é, necessariamente, acerca do heroísmo ou não de Tiradentes, mas das razões pelas quais ainda faz sentido homenagear a sua morte, não apenas pelo seu apelo popular, mas também pela sua plasticidade, o que o torna adequado a diferentes discursos e objetivos”.

Portanto, conhecer a história de figuras como Tiradentes nos permite aprender lições valiosas sobre resistência, justiça e cidadania. A educação histórica é essencial para formar cidadãos críticos e engajados. Ao refletirmos sobre o dia 21 de abril e o legado de Tiradentes, somos convidados a pensar sobre nosso papel na construção de uma sociedade mais justa e livre. É um momento para honrar o passado, aprender com ele e agir no presente para um futuro melhor.

2º domingo de maio (Dia das Mães) - Sem data certa, mas sempre aos segundos domingos de maio comemora-se o Dia das Mães. Essa data tem como finalidade homenagear e reconhecer a dedicação, amor e sacrifícios enfrentados pelas figuras maternas.

O dia das mães começou no século XX nos Estados Unidos, isso porque a ativista Ann Reeves Jarvis, que buscava reunir mães de soldados mortos na Guerra Civil Americana. Posteriormente, sua filha, Anna Jarvis, continuou com seu legado e, em 1914, o presidente Woodrow Wilson oficializou o Dia das Mães como feriado nacional nos Estados Unidos.

Seguindo esse exemplo o Dia das Mães foi instituído oficialmente no Brasil em 1932, pelo presidente regente Getúlio Vargas. O Dia das Mães é uma ocasião para as pessoas expressarem seus sentimentos e gratidão para com as mesmas, reconhecendo o importante papel da figura materna em suas vidas.

Esse dia é considerado também de extrema importância para os comércios do país, pois tornou-se uma data amplamente celebrada e muitas pessoas saem às ruas para compras

de presentes e lembrancinhas para homenagear e dedicá-los às mães. Comercialmente é uma das datas mais importantes do país.

Essa data é tão estimada comercialmente que muitas vezes perde seu sentido histórico, o foco é voltado somente para as apresentações e confecções de cartões de lembrancinhas que o significado por trás da temática torna-se esquecido.

[...] às datas comemorativas compõem o calendário de festividades e as crianças ficam expostas a “indústria das festas” e se tornam objetos de práticas de marketing e comércio, enquanto do ponto de vista pedagógico são esvaziadas de significado para elas; cada mês do ano se ‘fantasiam’ de um personagem que represente o “calendário de festividades” e assim se repetem todos os anos da vida na educação infantil. Barbosa e Horn chamam isso de “episódios soltos no ar”, e os conteúdos são fragmentados e, muitas vezes, simplórios (Tomazzetti; Palauro, 2016, p. 153).

Sendo uma data com forte influência no calendário escolar, o dia das mães movimenta as instituições com atrações para homenageá-las com cafés, lanches, lembrancinhas e atividades voltadas para tal. No entanto, o que mais impacta neste dia é o comercial, a força que a data tem para alavancar os comércios, filhos, parentes e até mesmo a própria instituição se movimenta para comprar lembrancinhas e presentes para as mães.

7 de setembro (Independência do Brasil) - O dia 7 de setembro é considerado um dos feriados mais importantes para a história do Brasil. Foi nesse mesmo dia, em 1822, às margens do rio Ipiranga que o príncipe regente D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil, em relação a Portugal. Entretanto, “[...] o episódio do Ipiranga não teve repercussão no momento em que ocorreu, pois a separação do Reino europeu não era uma decisão consensualmente aceita pelos diferentes segmentos da sociedade na época [...]” (Oliveira, 2012, p. 154). De toda forma, este ato histórico simboliza o rompimento político entre Brasil e Portugal, após um longo período de colonização.

Sobretudo, após a Proclamação da República a data passou a ser celebrada com desfiles cívicos-militares em todo país, onde homenageiam a bandeira, o hino e destacam a importância da Independência na formação da identidade nacional, reflete-se sobre os valores de liberdade, soberania e desafios enfrentados pelo país.

Predomina atualmente o reconhecimento de que a Independência foi um dos momentos históricos cruciais do prolongado processo de lutas políticas que resultou na construção do Estado nacional e da nação na primeira metade do século XIX. Prevalece a compreensão de que, entre 1820 e 1822, quer no Rio de Janeiro quer nas demais províncias, estavam em confronto grupos de interesses, defensores de propostas divergentes, e que ganhou ampla repercussão nessa época a possibilidade de declarar-se a Independência sem que houvesse a separação de Portugal (Oliveira, 2012, p. 155).

Desenvolver pensamento crítico e social desde a infância é de extrema importância para formação do cidadão adulto, ensinar as crianças de séries iniciais sobre o 7 de setembro é fundamental para que conheçam verdadeiramente a história do país. Para que esse tema seja trabalhado com alunos de séries iniciais é preciso haver um meio de equilíbrio, a verdadeira história é complexa e cheia de termos difíceis para compreensão infantil, como por exemplo, soberania, colonização, por este motivo os professores responsáveis deve abordar a temática de forma a ser compreendida por seus alunos, mas sem deixar de lado seu verdadeiro significado e importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil.

15 de novembro - Neste dia comemora-se a Proclamação da República. Data em que marca a transição do regime monárquico para o regime republicano. Marechal Deodoro da Fonseca liderou um golpe militar, em 15 de novembro de 1889, que resultou na queda da monarquia brasileira e na proclamação da república, fazendo com que o Brasil se tornasse uma república federativa.

A Proclamação da República marcou uma nova era para a história do país, passando a adotar um sistema político republicano e a instauração de uma nova forma de governo, representando o fim de mais de 67 anos de regime monárquico. A data foi possível “[...] devido à conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das camadas médias urbanas que contaram com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais [...]” (Queiroz, 2012, p. 195).

Portanto, a data em questão é uma das mais importantes para o calendário brasileiro, e é considerada uma das mais significativas para o país, e conseqüentemente feriado nacional. Nas instituições educacionais a data é trabalhada de forma lúdica, com apresentações, desfiles e pinturas. O que é questionável é a forma como a temática é abordada em sala de aula, por ser um tema complexo é preciso que antes da abordagem os professores se atentem ao que vai ser feito e procure integrar a criança de forma que ela se sinta fazendo parte de fato das atividades.

Para tratar desse tema com alunos das séries iniciais, como já havia abordado acima, é preciso ter cuidado com os termos complexos que rodeiam a história, mas ao mesmo tempo é importante que não haja uma grande simplificação, pois pode resultar em uma compreensão superficial e, às vezes, distorcida dos eventos. O ensino do 15 de novembro pode ser uma oportunidade para iniciar a formação de cidadãos conscientes e críticos. No entanto, é crucial garantir que não se transforme em uma celebração acrítica da república. As crianças devem

ser encorajadas a questionar e entender o contexto histórico em que a república foi proclamada, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico desde cedo.

20 de novembro - Para a história do Brasil, comemorar o dia 20 de novembro tem um significado muito importante, pois comemora-se o Dia da Consciência Negra, data importante na luta contra o racismo, usada também para enaltecer a cultura afro-brasileira.

O dia 20 de novembro foi escolhido como importante pois foi nesse mesmo dia, em 1695, aconteceu a morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares. Palmares foi um dos maiores e mais conhecido quilombo do Brasil, tendo como líder Zumbi, que foi símbolo de resistência e luta contra a escravidão. A data foi instituída oficialmente pelo governo federal em 1995 e em 2003 através da Lei nº 10.639 foi incluído o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Para Oliveira (2012, p. 201)

O Dia da Consciência Negra não serve para ações comemorativas laudatórias com fundo mítico. O 20 de novembro busca promover ações afirmativas de valorização da população afrodescendente brasileira, mantendo luz sobre nosso passado escravista e criando formas de construir ações de combate ao seu legado funesto.

Portanto, celebrar esse dia é uma forma de reconhecimento pela luta enfrentada por milhares de pessoas ao longo dos anos, reconhecendo também a importância da cultura afro-brasileira na formação da identidade do país, promovendo reflexões sobre desigualdade racial presente na sociedade brasileira até os dias atuais. O dia 20 de novembro é marcado pela necessidade de combater o racismo em todas as suas formas.

A data em questão deveria ser lembrada rigorosamente não somente no dia específico, pois aborda um tema que ainda é muito presente na sociedade que é a luta contra o racismo. É fundamental ter um dia para ser lembrado, mas é ainda mais importante que se trabalhe esse tema com constância nas escolas. Trabalhar com as crianças de forma clara e esclarecedora, mostrando se possível fotos de momentos importantes da cultura afro-brasileira, esclarecendo que dia 20 de novembro é o dia marcado no calendário, mas que todos os outros dias são importantes para essa luta constante e interminável que é a luta antirracismo.

O Dia da Consciência Negra, portanto, deve ser visto não como mero contraponto a uma história marcada por uma interpretação cujo principal personagem é um Estado benevolente, que com um simples gesto despojado colocou fim ao cativeiro no Brasil, mas como momento para refletir sobre a situação marginal de grande parte da população brasileira. Portanto, é igualmente um momento para potencializar as estratégias de ações afirmativas que permitam à população afrodescendente e, por extensão, ao conjunto da população brasileira marginalizada, reafirmar sua presença social e sua cidadania. Assim, a vida de Zumbi e a comunidade do quilombo de Palmares apresentam-se como instigantes paradigmas na luta pelos direitos democráticos (Oliveira, 2012, p. 203).

As escolas devem destacar de forma leve e compreensível a importância dos povos negros na história do Brasil, que formam parte da maioria da população. Não adianta comemorar o dia da consciência negra em um dia específico e nos outros dias do calendário escolar não incluir elementos que fazem parte dessa cultura no plano de aula e nas atividades escolares.

3.2 Datas religiosas

Páscoa - Sem data exata, mas sempre variando entre os meses de março e abril, a Páscoa é uma celebração cristã que comemora a ressurreição de Jesus Cristo. É uma das datas mais importantes do calendário religioso, pois marca a passagem de Jesus da morte para a vida, simbolizando a vitória sobre o pecado e a morte, conforme a crença cristã.

Para os cristãos, a Páscoa é um momento de renovação da fé, esperança e amor, representando a promessa de vida eterna para aqueles que acreditam em Jesus. A celebração da Páscoa inclui rituais como a missa da ressurreição, a troca de ovos de chocolate, a realização de ceias especiais e outros costumes que variam de acordo com as tradições culturais de cada região.

Além do seu significado religioso, a Páscoa também é associada à chegada da primavera em muitas culturas, simbolizando renascimento, renovação e fertilidade. Por isso, em algumas tradições, os ovos e coelhos são símbolos comuns da data, representando o início de um novo ciclo de vida.

Por ter forte influência de uma religião hegemônica, as escolas devem se atentar às formas de abordagens dessa data, já que em uma instituição há variados públicos. Nem todos os alunos podem participar das comemorações por motivos religiosos ou culturais, portanto, as escolas não devem enfatizar somente os aspectos religiosos da Páscoa, pois pode fazer com que o aluno se sinta excluído ou desconfortável.

Em alguns casos, as atividades de Páscoa nas escolas podem ser realizadas sem um contexto educacional adequado. Isso significa que os alunos podem participar de atividades sem entender completamente o significado histórico, cultural ou religioso por trás da Páscoa entendendo somente seu significado comercial que é a velha história dos coelhos, ovos e cestas de chocolate, por isso é muito importante que o planejamento para a data festiva seja muito bem elaborado, para que não se perca nenhum aspecto importante daquela data e não gerar mal entendido sobre o significado da mesma.

É inegável o fato de que, hoje em dia na sociedade, algumas datas comemorativas são impulsionadas por questões comerciais. Muitas vezes, tal ideia é incorporada na escola sem maiores questionamentos. Por isso, se faz necessário partir do pressuposto de que é preciso refletir sobre a forma como são trabalhadas as datas comemorativas dentro da instituição escolar, deixando de ser apenas uma transmissão de conteúdo, apresentação de trabalhos para os pais, ou como uma forma de instigar o consumo. (Greff, Treviso, 2021, p. 349)

Corpus Christi - Sem data definida, mas sempre depois da páscoa é uma comemoração cristã e uma das celebrações mais importantes do calendário católico. A celebração acontece 60 dias após a páscoa, a festa tem como objetivo celebrar o mistério da Eucaristia, o sacramento do corpo e sangue de Jesus Cristo. A origem do Corpus Christi remonta ao século XIII. A festa foi instituída pelo Papa Urbano IV em 1264, após ser influenciado por visões de Juliana de Mont Cornillon, uma freira agostiniana da Bélgica. Juliana acreditava que faltava uma celebração dedicada ao sacramento da Eucaristia. Em 1246, o bispo de Liège, sob a orientação de Juliana, foi o primeiro a decretar a celebração da festa na sua diocese. Após a morte do bispo, a celebração se espalhou para outras regiões. Urbano IV, com a bula “Transiturus”, oficializou a festa para toda a Igreja.

No Brasil essa data é marcada por procissões, enfeites nas ruas com serragens, plantas e flores coloridas, apesar de ser um feriado nacional e de extrema importância para o calendário católico nas escolas o tema é abordado de forma suave com algumas atividades e respeitando também as demais religiões.

24 de junho (São João) - A data em questão é considerada uma das datas mais importantes do calendário brasileiro, pois nesse dia comemora-se o nascimento de João Batista, profeta que previu o nascimento de Jesus Cristo. Para tradição cristã, São João Batista é considerado um dos santos mais importantes do Cristianismo e é conhecido por ser o precursor de Jesus Cristo, tendo pregado sobre arrependimento e batismo nas águas do rio Jordão.

A festa de São João é comemorada em muitos países que têm influência católica. No Brasil, por exemplo, as festas de São João são muito populares, especialmente no Nordeste, onde são realizadas grandes comemorações conhecidas como "festas juninas". São tradições que remontam a celebrações pagãs que marcavam o solstício de verão no hemisfério norte e foram incorporadas pela Igreja Católica ao longo do tempo. A data de São João é uma oportunidade para os fiéis honrarem e celebrarem a vida e os ensinamentos do santo. Conforme Almeida (2012, p. 106),

São João era festejado com entusiasmo nas aldeias jesuíticas no Brasil, provavelmente porque as fogueiras e tochas acesas pelos missionários provocavam grande efeito sobre os indígenas. Embora a festa tenha absorvido elementos das culturas índias e, mais tarde, africanas, a hegemonia da tradição europeia e portuguesa é evidente. Os instrumentos de música, os hinos e os passos de dança eram ensinados por irmãos leigos das ordens religiosas, recrutados entre camponeses e artesãos na Europa. Assim, ritos imemoriais que persistem nas festas quinhentistas portuguesas foram trazidos à colônia como elementos normais da cultura cristã.

Assim, como parte da cultura popular, as datas festivas juninas são bastante trabalhadas nas escolas, inclusive marcando encerramento de bimestres ou semestres e inícios do recesso. Há uma grande comoção acerca desse evento festivo, a instituição se organiza para realização de quermesse, apresentação de dança, desfiles folclóricos, pinturas entre outras atividades vinculadas à mesma. Parte dessas atividades inclusive serve de avaliação para os/as estudantes.

No entanto, por mais que a data comemorativa junina seja de grande visibilidade no calendário escolar, é preciso atentar-se ao fato de que é uma data religiosa católica e que muitos alunos de outras religiões não poderão participar das atividades, o que pode ser prejudicial para o mesmo fazendo com que o mesmo sinta-se excluído ou deslocado.

É preciso que todo elenco pedagógico se reúna para um planejamento adequado e inclusivo, sem deixar nenhuma criança sentir-se excluída ou incapaz.

12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida) - Para os católicos brasileiros o dia 12 de outubro é considerado um feriado de muita importância, pois é neste dia que se comemora o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. O dia 12 de outubro é marcado pela celebração da aparição da imagem nas águas do rio Paraíba do Sul, em 1717. A devoção dos fiéis é tão grande que todo ano nesta data milhares de devotos viajam quilômetros para visitar o santuário nacional de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo. Muitos desses fiéis seguem caminho a pé em peregrinação e agradecimento por algum pedido concedido por meio da devoção.

A data em questão tem alguns pontos que precisam ser considerados, primeiro que é uma data comemorada pela religião católica e muito forte aqui no Brasil, segundo que é uma data também comercial, pois no mesmo dia comemora-se o Dia das Crianças. E, por esses motivos, é preciso ter bastante cautela na hora de elaborar o planejamento de atividades para este dia. O Brasil é um estado laico e por isso o ensino de temas religiosos devem ser abordados com cuidado, o conteúdo deve se adequar a diversidade do público da escola, é preciso abordar o tema de maneira que respeite a diversidade cultural e que possa facilitar a compreensão mútua e o respeito.

O ensino do dia de Nossa Senhora Aparecida nas séries iniciais deve focar na necessidade de equilibrar o respeito pela diversidade religiosa com a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa. O ensino sobre a data pode ser contextualizado como parte da história e cultura brasileiras, utilizando metodologias pedagógicas apropriadas e promovendo valores universais. É crucial que o ensino não favoreça uma religião específica e que respeite a diversidade cultural e religiosa dos alunos, preparando-os para viver em uma sociedade plural.

De acordo com a visão panorama, Oliveira (2002) pontua que a estrutura dos currículos deve ser aberta e flexível e fazer com que a referência a objetos culturais de conhecimento leve a engendrar contextos de aprendizagem significativos. Destarte, devem atentar para atividades diversificadas, que encaminham à compreensão de que os processos de aprendizagem e desenvolvimento são individuais, mas se constroem na coletividade, por meio de trocas, dos conflitos, do brincar negociado, dentre outras possibilidades. A construção do currículo deve estar articulada à ação docente, pois é a partir dessa interação que serão mediados o conhecimento, as percepções e as emoções dos sujeitos envolvidos nesse processo educativo, que sofre influências dos fatores internos e externos, e que permeiam o processo de ensino e de aprendizagem [...] (Greff, Treviso, 2021, p. 349)

Para Bosisio (2018), o feriado pode ser analisado como um caso em que a religião é também entendida como cultura, considerando que o catolicismo se construiu não só como parte da formação cultural do Brasil, mas principalmente como a própria totalidade da nação. É nesse sentido que a sua presença é tão naturalizada, a ponto de o que se entende por religião em nossa sociedade ser diretamente relacionado a ele, suas manifestações, sua estrutura e formas de presença pública.

25 de dezembro (Natal) - Outra data muito significativa no calendário cristão é o Natal, que tem como principal significado o nascimento de Jesus Cristo. Para os cristãos, o Natal é uma celebração do amor de Deus manifestado através do nascimento de Jesus, que veio ao mundo para trazer salvação e redenção à humanidade. A data é marcada por rituais religiosos, como missas e cultos, além de tradições como a montagem de presépios, troca de presentes, reuniões familiares e festas.

Natal também é lembrado em muitos lugares como o dia em que as pessoas se reúnem para celebrar o espírito de solidariedade, generosidade e amor ao próximo.

Além de ser uma data com significado religioso, o Natal é também muito significativo para todo comércio ao redor do mundo. Durante a época natalina há uma grande movimentação na parte comercial dos países, pois é nessa época que as pessoas costumam gastar mais em presentes para entes familiares, lembrancinhas para celebrações de trabalho,

escolas e entre amigos e contam ainda com as compras de alimentos, decoração e produtos relacionados às festividades.

Muitas pessoas tendem a fazer viagens durante o período de Natal para visitar familiares e amigos ou para aproveitar as férias. Isso aumenta a demanda por passagens aéreas, hospedagem, transporte, restaurantes e atividades turísticas. Em resumo, o Natal é uma época de grande atividade econômica para o comércio, pois as pessoas estão mais propensas a gastar dinheiro em presentes, celebrações e experiências durante essa temporada festiva.

A data 25 de dezembro é muito aguardada e a expectativa sobre ela é ainda maior que sobre as demais datas comemorativas do calendário escolar. Tanto por ser fechamento do ano letivo, quanto pelo simbolismo da data em si, toda instituição se organiza para realizações de eventos, apresentações, confecções de lembrancinhas e cartões natalinos. Contudo, não se pode esquecer o verdadeiro significado para a mesma ser comemorada, em seu planejamento os docentes devem incluir as crianças como parte fundamental do processo de criação das atividades, além disso é preciso se atentar para que as explicações sejam feitas de forma sucinta e de fácil compreensão para os alunos pequenos. Afinal, o natal não é somente o dia em que o papai Noel aparece para a entrega de presentes, é uma data cujo seu significado é de extrema importância religiosa e cultural.

Pouco pude perceber que as instituições de ensino, e até mesmo algumas educadoras preocupavam-se em explorar o significado real das datas comemorativas celebradas. Observei durante o período de estágio que o trabalho com as datas comemorativas tem sido realizado sem antes haver uma real reflexão sobre o assunto a ser explorado até mesmo sobre a validade desse tipo de trabalho com as crianças. Segundo Ostetto (2000, p.183) a articulação é aparentemente justamente porque não amplia o campo de conhecimento para criança, uma vez que as datas fecham-se em si mesmos, funcionando como pretexto para desenvolver esta ou aquela atividade ou habilidade. Ainda com relação ao cunho obrigatório que se estabelece em relação ao trabalho das datas comemorativas nas escolas, observa-se a execução de atividades como cumprimento de protocolos, sem reflexões e objetivos delimitados com a aprendizagem. (Greff; Treviso, 2021, p. 345).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que as datas significativas sejam contextualizadas dentro de narrativas históricas mais amplas, enfatizando não apenas o "o que", mas também o "porquê" e o "como". Além disso, é considerável incluir uma variedade de perspectivas e experiências, para oferecer aos alunos uma compreensão mais completa e precisa do passado. Isso pode ser feito por meio da incorporação de fontes primárias, análise crítica de diferentes pontos de vista e discussões sobre o impacto duradouro dos eventos históricos na sociedade até os dias atuais.

Não é o objetivo deste trabalho mudar o currículo escolar no sentido das datas significativas, mas expressar como é importante o estudo das mesmas de forma sucinta e profunda, mesmo se tratando de crianças das séries iniciais. E, justamente por serem crianças e estarem na fase do conhecer e questionar é que se torna ainda mais relevante esse estudo de conteúdos históricos importantes para a história do Brasil. Para que os alunos de séries iniciais compreendam verdadeiramente os sentidos dessas datas que fazem parte do calendário brasileiro é preciso que sejam trabalhadas de forma a abraçar o aluno para aquela temática, trazê-los como parte essencial da história, aceitar suas indagações e até mesmo planejar juntos as atividades do tal dia comemorativo.

Tonholo (2012), ao investigar os trabalhos com datas comemorativas, festivas e cultural no calendário escolar, destaca as chances de trabalhar essas datas de forma significativa. Para o autor

Quando uma ação não é efetivamente planejada, mas se repete todos os anos, podemos concluir que está ligada à cultura da tradição. Não se questiona as finalidades de se fazer, mas sim a necessidade de fazer. Neste contexto, é promissor discutir qual a função pedagógica ao se repetir, anos após anos, determinadas ações nas escolas. (Tonholo, 2012, p.186).

O ensino superficial e sem aprofundamento nos significados dos temas importantes abordados em sala de aula, no caso, as datas comemorativas, pode gerar grandes consequências para vida adulta, como por exemplo, a compreensão limitada do mundo e de como ele evoluiu ao longo do tempo. Sem um conhecimento profundo das datas históricas significativas pode resultar na falta de consciência sobre determinados fatos históricos importantes para a história do país e até mesmo da cultura de um adulto.

O ensino de história e as datas comemorativas a partir das séries iniciais é fundamental principalmente quando trazemos a criança para interagir e refletir sobre essas datas. A

inclusão do aluno na escolha das atividades para trabalhar a temática da data em questão é muito importante para o desenvolvimento e aprendizagem do mesmo sobre o assunto trabalhado.

No entanto, não podemos nos limitar a fazer com que o aluno memorize as datas e eventos de forma superficial, deve-se trabalhar de maneira com que a criança compreenda o contexto, as causas e as consequências desses acontecimentos. Portanto, é essencial que o ensino de história sobre a perspectiva das datas comemorativas vá além de pinturas, recortes e apresentações, é preciso incentivar a análise crítica, o pensamento reflexivo e compreensivo das diversas perspectivas que envolvem os eventos históricos. As datas devem ser utilizadas como ponto de partida para estudar temas mais amplos e de mais complexidades promovendo uma compreensão mais profunda da história e suas implicações para a evolução e futuro do país e das culturas locais.

Segundo Greff e Treviso (2020) é fundamental para os alunos dos anos iniciais que a construção de seu conhecimento histórico se potencialize a partir de estudos de temas que tenham significado para eles, ou seja, trabalhar essas datas deve ser além de tudo um momento para que a criança se enxergue ali como parte fundamental, tenha posicionamentos a respeito das mesmas e imponham-se sobre tais temáticas.

Sendo assim, as instituições e profissionais devem ter muito claro qual o verdadeiro significado dessas datas para a vida das crianças; pois essas experiências podem ser muito boas, porém podem trazer também medos, preconceitos, erros (Greff; Treviso, 2020, p. 344).

Seguindo a linha de raciocínio dos autores acima citados, devemos nos questionar se profissionais da educação e instituições estão explorando o real significado dessas datas em sala de aula, qual o tipo de conteúdo e contexto é ensinado durante a abordagem das mesmas? Será que as atividades impostas para aquele dia tem mesmo relação com o significado das datas? De acordo com Greff e Treviso (2020, p. 345) “pouco pude perceber que as instituições de ensino, e até mesmo algumas educadoras preocupavam-se em explorar o significado real das datas comemorativas celebradas. Observei durante o período de estágio que o trabalho com as datas comemorativas tem sido realizado sem antes haver uma real reflexão sobre o assunto a ser explorado até mesmo sobre a validade desse tipo de trabalho com as crianças.”

A produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões, visto que a História não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças e de enfrentamentos. Portanto, é importante que o pedagogo nas

suas aulas de História crie situações rotineiras de atitudes questionadoras diante dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, possibilitando que sejam interpretados e compreendidos, a partir das relações que estabelecem com outros sujeitos e outros acontecimentos, do seu próprio tempo e de outros tempos, do seu lugar ou de outros lugares.

O que defender, o que preservar, o que mudar e o que destruir são questões que apontam para a História como um saber necessário para a formação das crianças na escola nas séries iniciais para a formação da cidadania ativa. Portanto, o ensino de História nos anos iniciais necessita ser algo prazeroso para o aluno dessa faixa etária, para uma condução que o leve a sentir-se parte da História, por meio da análise, da compreensão e da contextualização dos fatos históricos

Mesmo o docente compreendendo que o ensino de história estabelece pressupostos para que a criança se conheça enquanto ser individual e conheça os espaços nos quais se encontra inserida, bem como as relações sociais estabelecidas nesses espaços, a ensino de história passa a se estabelecer em torno de reproduções de acontecimentos do passado, fundamentado no livro de didático. Isso ocorre pois, para além da prática, é necessário que o professor também conheça a teoria, contudo nas séries iniciais essa teoria se perde seja no esvaziamento do docente seja no detrimento da disciplina em relação de áreas do conhecimento com maior peso.

Por fim, consideramos que o estudo da história das datas históricas desde a infância é essencial para o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e social das crianças, preparando-as para se tornarem cidadãos informados, críticos e engajados em suas comunidades e que ainda há uma necessidade muito grande de formação continuada acerca de disciplinas específicas como história, geografia, ciências para professores polivalentes, através da formação continuada de disciplinas específicas o professor dos anos iniciais (famoso professor polivalente) terá um auxílio ainda maior e mais segurança para trabalhar a disciplina e assuntos relacionados especificamente a elas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jaime de. 24 de junho Festas Juninas. In: Circe Bittencourt (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. Moderna-São Paulo, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. São Paulo: brasiliense.1993. BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. 3º versão, versão, Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> (2017).
- BRASIL, Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília- DF, MEC, 1998. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).
- BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, 2013.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: do Ensino Fundamental. Brasília; MEC/SEF, 1988.
- BRASIL.Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- CORREA, Anderson; SILVA, Jailton Santos da. **Identidade e Currículo: As Datas Comemorativas nas Atividades escolares em São Borja**. Anais do 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 6 a 8 de novembro de 2018
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus, 2003.
- FONSECA, Thais de Lima e. Tiradentes – 21 de abril de 1792. In: Circe Bittencourt (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- GUIMARÃES, S. **Didática e Prática de Ensino em História**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. São Paulo ,2012.

GREFF, Rodrigo Frederico; TREVISO, Vanessa Cristina. Datas comemorativas nos anos iniciais do ensino fundamental: Perspectivas docentes acerca dessas práticas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 7 (1): 341-357, 2021. ISSN 2357-9358 unifafibe.com.br/cadernodeeducacao..

LADEIRA, Maria Elisa; NASCIMENTO, Luiz Augusto. 19 de abril (1943) Dia do Índio. In: Circe Bittencourt (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LIBÂNEO, José Dias. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DOMINICO, Eliane; MARTINS, Lilian. **Currículo e planejamento na Educação Infantil**: datas comemorativas em debate. In: **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. 1, p. 137-153, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, Cecília Salles. 7 de setembro de 1822 Independência do Brasil. In: Circe Bittencourt (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. 20 de novembro (1995) Dia da Consciência Negra. In: Bittencourt (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

QUEIROZ, Suely Reis de 15 de novembro de 1889 Proclamação da República. In: Bittencourt (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMOS, Márcia Elisa Teté O ensino de história e a questão do multiculturalismo depois dos PCNs's. In: CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Educação: Olhares em convergência**. 1 ed. Ponta Grossa, PR: Editora da UEPG, 2006, p. 93 - 112.

RAMOS, Paulo. A leitura dos quadrinhos. Contexto, São Paulo, 2009. RÜSEN, Jorn. **História viva: teoria da história** – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In. **Londrina**, Cortex, 2016.

SANTOS, Francisca de Sousa. **O processo de independência do Brasil**: Sugestões metodológicas de História para o Ensino Fundamental. Faculdade de Itaituba – FAI. Itaituba-Pará. 2018.

SCHMIDT, Maria A; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, João Carlos. **O Ensino de História no Contexto da Legislação Educacional Brasileira**. Minas Gerais, 2014.

SIQUEIRA, Fernanda Roque; QUERINO, Cristina Silva. **O Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Metodologias e Práticas Pedagógicas**. Campina Grande, Realise, 2012.

TOMAZZETTE, Cleonice Maria; PALAURO, Marisa Mattos. **Datas Comemorativas na Educação Infantil: Quais sentidos na Prática Educativa?**. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 2, n. 2, p. 150-164, jul./dez.2016 ISSN: 2447-4223

TONHOLO, Thamiris Bettiol. Datas Comemorativas no contexto escolar. In: **Revista Eletrônica Pro-docência/UEL**. Edição Nº. 4, Vol. 1, jul-dez. 2013. DISPONÍVEL EM: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope> Acesso em: 17/06/2024, 10:00

VASCONCELOS, J.A; MOREIRA, M.S. **Didática e avaliação de aprendizagem no ensino de História**. Curitiba: Ibplex, 2007.